Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Hidrovias do Brasil S.A. ("Companhia"), companhia aberta categoria "A", foi constituída em 18 de agosto de 2010 e possui sua sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, 215 - 7º andar - Pinheiros, podendo, por deliberação do Conselho de Administração, abrir filiais, agências e estabelecimentos em qualquer parte do Brasil ou no exterior. A Companhia tem por objeto social atividades de logística e infraestrutura hidroviária, rodoviária e multimodal, no Brasil e no exterior, incluindo as listadas a seguir, bem como a participação societária em sociedades que exerçam tais atividades:

- a) Transporte de mercadorias.
- b) Construção e exploração de portos, terminais de carga, estaleiros, oficinas e entrepostos.
- c) Navegação fluvial e marítima, cabotagem e armazenamento de mercadorias.
- d) Prestação de serviços de logística, diretamente ou por intermédio de terceiros.
- e) Outras atividades correlatas ou de qualquer forma relacionadas ao seu objeto social.

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social em até R\$1.720.000 por deliberação do Conselho de Administração e independente de reforma estatutária, nos termos do artigo 168 da Lei nº 6.404/76.

A Companhia é parte interveniente no acordo de acionistas que regula os termos e condições da relação entre os acionistas e, indiretamente, nas empresas nas quais a Companhia possua e venha a possuir investimentos, incluindo o exercício de direito de voto, a participação dos acionistas na administração, a obrigação de cada acionista de integralizar o capital subscrito, acordos relativos a futuras capitalizações e algumas outras restrições para a transferência das ações ou títulos equivalentes emitidos pela Companhia.

Em 29 de junho de 2018, mediante acordo entre as partes o contrato de serviços com o cliente Multigrain, cujo vencimento inicial era 16 de abril de 2027 foi encerrado. Esse distrato gerou a Companhia e suas controladas reembolso no montante de R\$306.287. Para maiores detalhes veja nota explicativa nº 22.

Em fevereiro de 2018 a Alunorte, cliente da controlada Hidrovias do Brasil Cabotagem foi obrigada por autoridades brasileiras a reduzir sua fabricação de alumina após denúncias de vazamentos de efluentes contendo elementos perigosos, como chumbo. O reinicio da produção total está prevista para ocorrer até meados de 2019. Essa redução na fabricação não afetou a operação da controlada.

A Companhia possui participação acionária direta, indireta e controle em conjunto nas empresas abaixo:

			% I	Participação	
			Tipo de		
Controladas	Atividade principal	País	consolidação	Direta	Indireta
Hidrovias do Brasil - Holding Norte S.A.	Participação no capital de outras sociedades	Brasil	Integral	100,00%	-
Hidrovias do Brasil - Vila do Conde S.A.	Armazenamento e elevação de carga	Brasil	Integral	-	100,00%
Hidrovias do Brasil - Miritituba S.A.	Armazenamento e transbordo de carga	Brasil	Integral	-	100,00%
Hidrovias do Brasil - Marabá S.A.	Terreno - Pré-operacional	Brasil	Integral	-	100,00%
Hidrovias do Brasil - Navegação Norte S.A.	Transporte de mercadorias	Brasil	Integral	-	100,00%
Hidrovias do Brasil - Intermediação e Agenciamento de Serviços Ltda.	Intermediação e agenciamento de serviços	Brasil	Integral	100,00%	-
Hidrovias do Brasil - Cabotagem Ltda.	Transporte marítimo de longo curso	Brasil	Integral	100,00%	-
Obrinel S.A.	Terminal especializado de carga	Uruguai	Equivalência Patrimonial	-	49,00%

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Hidrovias del Sur S.A.	Participação no capital de outras sociedades	Uruguai	Integral	100,00%	-
Baloto S.A.	Participação no capital de outras sociedades	Uruguai	Integral	4,94%	95,06%
Girocantex S.A.	Transporte fluvial	Uruguai	Integral	-	100,00%
Hidrovias del Paraguay S.A.	Transporte fluvial	Paraguai	Integral	0,01%	99,99%
Pricolpar S.A.	Transporte fluvial	Paraguai	Integral	0,02%	99,98%
Cikelsol S.A.	Transporte fluvial	Uruguai	Integral	-	100,00%
Limday S.A.	Transporte fluvial	Uruguai	Equivalência Patrimonial	-	44,55%
Resflir S.A.	Arrendamento de ativos de navegação	Uruguai	Integral	-	100,00%
Hidrovias International Finance S.à.r.1.	Agenciamento de operações financeiras	Luxemburgo	Integral	100,00%	-

Aspectos regulatórios

Em 7 de dezembro de 2012, foi publicado no Diário Oficial da União, a Medida Provisória nº 595, de 6 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a exploração direta e indireta, pela União, de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários, e outras providências. A referida medida provisória foi convertida em Lei em 5 de junho de 2013 (Lei nº 12.815).

Em 21 de fevereiro de 2013, o Conselho Estadual de Meio Ambiente - Coema aprovou a concessão de Licença Prévia (LP) referente ao projeto da controlada direta HB Vila do Conde, de instalações de Terminal Portuário de Uso Privativo (TUP) localizado na cidade de Barcarena, Estado do Pará.

Em 11 de abril de 2013, o Conselho Estadual de Meio Ambiente - Coema aprovou a concessão de Licença Prévia (LP) referente ao projeto da controlada direta HB Miritituba, de instalações de Estação de Transbordo de Cargas (ETC) localizado na cidade de Itaituba, Estado do Pará.

Em 9 de maio de 2014, a HB Vila do Conde, controlada direta, assinou o Contrato de Adesão nº 016/2014 com a Secretaria de Portos da Presidência da República - SEP, como poder concedente, e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, como interveniente, que autoriza a construção e/ou exploração de instalação portuária pela HB Vila do Conde, na modalidade de Terminal de Uso Privado - TUP, localizado na Avenida Verde e Branco, Estrada de Itupanema, Município de Barcarena/PA, para fins de movimentação e/ou armazenagem de granel sólido (grãos vegetais, farelo e fertilizantes), destinadas ou provenientes de transporte aquaviário.

Em 31 de julho de 2014, a HB Miritituba, controlada direta, assinou o Contrato de Adesão nº 019/2014 com a Secretaria de Portos da Presidência da República - SEP, como poder concedente, e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, como interveniente, que autoriza a construção e/ou exploração de instalação portuária pela HB Miritituba, na modalidade de Estação de Transbordo de Carga - ETC, localizado na margem direita do rio Tapajós, gleba de Santa Cruz, s/n, Vila de Miritituba, Município de Itaituba-PA, para fins de movimentação e/ou armazenagem de granel sólido (grãos e farelo de soja), destinadas ou provenientes de transporte aquaviário.

Em 5 de dezembro de 2014, a HB Vila do Conde, controlada direta, obteve a concessão de Regime Especial de Tributação para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (REPORTO) pela Receita Federal do Brasil, por meio do Ato Declaratório Executivo (ADE) nº 335, publicado no Diário Oficial da União.

Em 29 de dezembro de 2014, a HB Miritituba, controlada direta, obteve a concessão de REPORTO pela Receita Federal do Brasil, por meio do Ato Declaratório Executivo (ADE) nº 303, publicado no Diário Oficial da União.

Em 24 de maio de 2016, a Companhia HB Intermediação foi constituída com a finalidade de agenciar e intermediar soluções logísticas com capital social de R\$2.500, que será totalmente integralizado até 24 de maio de 2019.

Em 22 de setembro de 2016, a Companhia Resflir foi constituída com a finalidade de arrendar ativos de navegação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Em 01 de dezembro de 2016, foi publicado no Diário Oficial da União a Resolução nº 5120, de 30 de novembro de 2016, por meio da qual a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) emitiu autorização para esta empresa operar como Empresa Brasileira de Navegação, na navegação de cabotagem.

Em 02 de dezembro de 2016, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado do Pará emitiu Licença de Operação (LO) do Terminal de Uso Privado (TUP), de propriedade da Hidrovias do Brasil – Vila do Conde S.A., localizado na cidade de Barcarena, Estado do Pará.

Em 20 de dezembro de 2016, o Tribunal Marítimo emitiu o certificado de registro de armador desta empresa. Com esta autorização e registro a empresa deu início a sua operação no Brasil.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

a) Declaração de conformidade

As informações financeiras da Companhia e suas controladas compreendem as informações financeiras individuais e consolidadas preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRSs"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) aprovados pela Comissão Mobiliários (CVM).

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais no qual o CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes correspondente ao IFRS 15 - Receita de Contrato com Clientes ("Revenue from Contracts with Customers"), e do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, correspondente ao IFRS 9 - Instrumentos Financeiros ("Financial Instruments"), foram aplicados. Mudanças nas principais politicas contábeis estão descritas na nota explicativa nº 3).

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 12 de abril de 2019.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

b) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional das controladas no Uruguai, Paraguai e Luxemburgo é o dólar norte-americano. Os efeitos de conversão da moeda funcional das controladas no exterior para o real é contabilizado no patrimônio líquido como outros resultados abrangentes.

Transações em moeda diferente da funcional são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moeda diferente da funcional são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento.

Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados.

As demonstrações financeiras de controladas no exterior (Paraguai, Uruguai e Luxemburgo) estão sendo apresentadas em Reais, convertendo a moeda funcional.

Respectivamente, para a moeda de apresentação, Real, foram utilizados os seguintes procedimentos:

- Os ativos e passivos foram convertidos utilizando a taxa de fechamento na data do balanço;
- O patrimônio líquido foi convertido a valor histórico de formação; e
- Receitas e despesas foram convertidas utilizando-se a taxa média ano.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre as incertezas relacionadas às premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2019, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 6 mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber
- Nota explicativa nº 10 vida útil dos ativos imobilizados
- Nota explicativa nº 16 reconhecimento e mensuração de provisão para processos judiciais;
- Nota explicativa nº 25 reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidades de lucro tributável futuro;

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas requerem a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia e suas controladas estabeleceram uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui a avaliação e responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

Os dados não observáveis significativos são revisados regularmente, bem como os ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, são analisadas as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC / IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações ("inputs") utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis).

A Companhia e suas controladas reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

• Nota explicativa nº 26 – Instrumentos financeiros derivativos ou não derivativos.

d) Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado ao contrário, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente baseia-se no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

e) Reclassificação da demonstração do resultado do exercício e da demonstração do fluxo de caixa

Durante o exercício de 2018, a Companhia e suas controladas identificaram erros decorrentes de classificações incorretas nos valores correspondentes nas demonstrações individuais e consolidadas do resultado do exercício e na demonstraçõe individual dos fluxos de caixa nas demonstrações financeiras, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Os valores reclassificados estão descritos abaixo:

- (i) Determinados montantes das demonstrações do resultado do exercício, referente aos valores correspondentes do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 não haviam sido apresentados com segregação das rubricas contábeis por função, conforme requerido pelo CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis.
- (ii) A demonstração dos fluxos de caixa individual, referente aos valores correspondentes do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentou transações de mútuos concedidos a partes relacionadas como parte do fluxo de caixa operacional. Em desacordo com o disposto no CPC 03 Demonstrações dos Fluxos de Caixa, que determina que transações dessa natureza deveriam ser classificadas como parte do fluxo de caixa das atividades de investimento.

Portanto, as referidas demonstrações estão sendo reapresentadas para considerar os ajustes de acordo com as normas contábeis aplicáveis.

Demonstração do resultado do exercício - DRE

3	1/	12	12	01	7

	Controladora		Consolidado			
	Anteriormente apresentado	Ajustes (não auditado)	Reapresen tado	Anteriormente apresentado	Ajustes (não auditado)	Reapresent ado
Salários, encargos e benefícios	(31.253)	31.253	-	(37.759)	37.759	-
Gerais e administrativas	(3.394)	55.415	52.021	(16.507)	94.612	78.105-
Serviços profissionais Depreciações e	(13.337)	13.337	-	(18.814)	18.814	-
amortizações	(4.037)	4.037	-	(5.025)	5.025	-
Lucro operacional antes do resultado financeiro Resultado financeiro,	31.224	-	31.224	249.232	-	249.232
líquido Lucro operacional e antes	(7.545)	-	(7.545)	(215.010)	-	(215.010)
do imposto de renda e contribuição social Lucro líquido do	23.679	-	23.679	34.222	-	34.222
exercício	11.693	-	11.693	11.693	-	11.693

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração do fluxo de caixa - DFC

_	31/12/2017			
	Controladora			
	Anteriormente apresentado	Ajustes (não auditado)	Reapresentado	
Lucro líquido do exercício	11.693		11.693	
Partes relacionadas	(126.657)	126.657	-	
Outros fluxos de caixa das atividades operacionais	40.278	-	40.278	
Caixa liquido aplicado nas (gerado pelas) atividades operacionais	(74.686) 126.657		51.971	
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Mútuo concedido entre partes relacionadas	-	(126.657)	(126.657)	
Outros fluxos de caixa das atividades de investimento	(103.856)	_	(103.856)	
Caixa liquido aplicado nas atividades de investimento	(103.856)	-	(230.513)	
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	178.562	-	178.562	
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	20	-	20	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	352	-	352	
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	372	-	372	
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	20	-	20	

3. Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados.

(a) Mudança nas políticas contábeis

A Companhia e suas controladas aplicaram inicialmente o CPC 47 / IFRS 15 e CPC 48 / IFRS 9 a partir de 1° de janeiro de 2018. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1° de janeiro de 2018, mas não afetaram materialmente suas demonstrações financeiras:

• CPC 47/IFRS 15 – Receita de Contratos com Clientes

O CPC 47/IFRS 15 introduziu uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada, (substituindo as normas anteriores que dispunham sobre o reconhecimento de receitas: CPC 30/IAS 18 - Receitas, CPC 17/IAS 11 - Contratos de Construção e CPC 30 - Programas de Fidelidade com o Cliente). De acordo com o CPC 47 / IFRS 15, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

Em resumo, foi estabelecido um modelo de cinco etapas para a contabilização de receitas, tais como: identificar o contrato com o cliente, identificar as obrigações de desempenho, determinar o preço da transação, alocar o preço de transação e reconhecer receita quando (ou à medida que) a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia e suas controladas adotaram o CPC 47/IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018. Como resultado, a Companhia e suas controladas não aplicaram os requerimentos do CPC 47/IFRS 15 para o período comparativo. Portanto, as informações do exercício de 2017 estão apresentadas conforme as informações anteriormente reportadas e preparadas de acordo com o CPC 30 (R1) – Receitas (IAS 18 – Revenue) e interpretações relacionadas.

A Companhia e suas controladas, como prestadores de serviços, identificaram que os seus critérios de reconhecimento e mensuração das receitas de contrato com clientes seguem as disposições da norma nova. Suas receitas já são reconhecidas à medida que a Companhia e suas controladas atendem suas obrigações de desempenho. Do mesmo modo, as receitas com contratos com clientes já são igualmente mensuradas pelo preço da transação.

A companhia e suas controladas possuem contratos de "take or pay" junto a seus cliente de longo prazo cujo valores estão expressos na nota explicativa 22.

Por essa razão, o reconhecimento e a mensuração das receitas de contratos com clientes não sofreram alterações significativas. Assim, os resultados da Companhia e suas controladas não apresentaram impactos relevantes na adoção da norma.

• IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos Financeiros

O CPC 48 estabeleceu requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros (substituindo o CPC 38/IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração).

O CPC 48 / IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangente ("VJORA") e valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação de ativos financeiros de acordo com o CPC 48 / IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. O CPC 48 / IFRS 9 elimina as categorias antigas do CPC 38 / IAS 39 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

A adoção do CPC 48/IFRS 9 não produziram impactos na contabilização dos ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas. O impacto do CPC 48/IFRS 9 na classificação e mensuração de ativos financeiros está descrito abaixo, demonstrando as categorias de mensuração até então vigentes no CPC 38/IAS 39 e as novas categorias requeridas para mensuração no CPC 48/IFRS 9, para cada classe de ativos financeiros da Companhia e suas controladas, a partir de 1º de janeiro de 2018.

	Controladora	Consolidado
	01/01/2018	01/01/2018
Valor justo por meio do resultado (anteriormente classificado como empréstimos e recebíveis)	272	02.060
Caixa e equivalentes de caixa Títulos e valores mobiliários	372 79.302	83.868 105.222
Custo amortizado (anteriormente classificado como empréstimos e recebíveis)	1,5,10,5	333.22
Aplicações financeiras vinculadas	-	186.119
Garantia e depósito caução	5.483	5.483
Contas a receber	-	76.881
Créditos com partes relacionadas	141.873	(6)

Passivo pelo custo amortizado:

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Fornecedores	3.139	46.837
Risco sacado a pagar	-	67.054
Contas a pagar com partes relacionadas	1.258	(24)
Empréstimos e financiamentos	92.522	2.135.023
Outras contas a pagar	18.964	22.098

O índice da relação de hedge é o mesmo que aquele resultante da quantidade o item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de hedge que a entidade efetivamente utiliza para proteger essa quantidade de item protegido.

Os hedges de Fluxo de Caixa que atendem a todos os critérios de qualificação para contabilidade de cobertura são contabilizados, conforme descrito abaixo:

A parcela efetiva do ganho ou perda do instrumento de hedge, enquanto não realizada, é registrada como uma reserva de hedge em Outros Resultados Abrangentes (ORA), enquanto qualquer parcela não efetiva é reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor acumulado na reserva de hedge, deve ser reclassificado para o resultado como um ajuste de reclassificação, no mesmo período ou períodos durante os quais os fluxos de caixa futuros esperados afetam o resultado, ou seja, quando ocorre a venda prevista.

A Companhia e suas controladas possuem relações de hedge nas Demonstrações Financeiras, nos quais os efeitos são apresentados apenas no consolidado, visto que os instrumentos de hedge (dívidas) e item de hedge (receitas), são provenientes de suas empresas controladas direta e indiretamente.

A Companhia e suas controladas devem descontinuar prospectivamente a contabilização de hedge somente quando a relação de proteção deixar de atender aos critérios de qualificação (após levar em consideração qualquer reequilíbrio da relação de proteção).

Se a ocorrência da transação prevista ou compromisso firme não for mais esperada, os valores anteriormente reconhecidos no patrimônio líquido são transferidos para a demonstração do resultado. Se o instrumento de hedge expirar ou for vendido, encerrado ou exercido sem substituição ou rolagem, os ganhos ou perdas anteriormente reconhecidas no resultado abrangente permanecem diferidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes até que a transação prevista ou compromisso firme afetem o resultado.

(b) Bases de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia:

- Tem poder sobre a investida.
- Está exposta, ou tem direito, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida.
- Tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

As Companhias incluídas no processo de consolidação são:

	Participaç		ção - %
	País	31/12/2018	31/12/2017
Controladas diretas			
Hidrovias del Sur S.A.	Uruguai	100,00	100,00
Hidrovias do Brasil - Marabá S.A.	Brasil	100,00	100,00
Hidrovias International Finance S.à.r.l.	Luxemburgo	100,00	-
Hidrovias do Brasil - Holding Norte Ltda.	Brasil	100,00	100,00
Hidrovias do Brasil – Interm. e Agenc. Serv. Ltda. (b)	Brasil	100,00	100,00
Hidrovias do Brasil – Cabotagem Ltda. (c)	Brasil	100,00	100,00

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

		Participação - %	
	País	31/12/2018	31/12/2017
<u>Controladas indiretas</u>			
Girocantex S.A.	Uruguai	100,00	100,00
Girocantex S.A Filial Paraguai	Paraguai	100,00	100,00
Hidrovias del Paraguay S.A.	Paraguai	100,00	100,00
Pricolpar S.A.	Paraguai	100,00	100,00
Cikelsol S.A.	Uruguai	100,00	100,00
Resflir S.A.	Uruguai	100,00	100,00
Baloto S.A. (a)	Uruguai	100,00	100,00
Hidrovias do Brasil - Miritituba S.A.	Brasil	100,00	100,00
Hidrovias do Brasil - Navegação Norte S.A.	Brasil	100,00	100,00
Hidrovias do Brasil - Vila do Conde S.A.	Brasil	100,00	100,00

- (a) 4,94% de participação direta e 95,06% de participação indireta através da controlada Hidrovias Del Sur.
- (b) Empresa constituída em 24 de maio de 2016.
- (c) Empresa constituída em 16 de setembro de 2016, a qual realizou a combinação de negócios naquela data.

A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente.

Quando a Companhia não detém a maioria dos direitos de voto em uma investida, ela terá o poder sobre a investida quando os direitos de voto forem suficientes para capacitá-la na prática a conduzir as atividades relevantes da investida de forma unilateral. Ao avaliar se os direitos de voto da Companhia em uma investida são suficientes para lhe conferirem poder, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias relevantes, incluindo:

- A dimensão da participação da Companhia em termos de direitos de voto em relação à dimensão e dispersão das participações dos outros detentores de direitos de voto.
- Direitos de voto em potencial detidos pela Companhia, por outros detentores de direitos de voto ou por outras partes.
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais.

Quaisquer fatos e circunstâncias adicionais que indiquem que a Companhia tem, ou não tem, a capacidade de conduzir as atividades relevantes no momento em que as decisões precisam ser tomadas, incluindo padrões de votação em assembleias anteriores.

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada.

Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da Companhia e às participações de não controladoras. O resultado abrangente total das controladas é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações de não controladoras, mesmo se isso gerar saldo negativo para as participações de não controladoras.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Para cálculo de equivalência patrimonial e consolidação são utilizadas as informações contábeis das controladas na mesma data-base de apresentação das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Investimentos em entidades contabilizados pelo método de equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre a Companhia e suas controladas, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre estas empresas, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

(c) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

No entanto, as diferenças cambiais resultantes da reconversão dos itens listados abaixo são reconhecidas em outros resultados abrangentes:

- passivo financeiro designado como hedge do investimento líquido em uma operação no exterior, na extensão em que o hedge é efetivo); e
- um hedge de fluxos de caixa qualificado e efetivo.

Operações no exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior, incluindo ágio e ajustes de valor justo resultantes da aquisição, são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Se a controlada não for uma controlada integral, a parcela correspondente da diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores.

(d) Reconhecimento da receita

Compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços.

As receitas de navegação e cabotagem são reconhecidas proporcionalmente à evolução das viagens, que duram entre 7 e 20 dias. As demais receitas são reconhecidas no momento da prestação do serviço contratado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(e) Instrumentos financeiros e de patrimônio

Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. As contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia e suas controladas podem optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento.

A Companhia e suas controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a
 questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a
 manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros
 e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio
 da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia e suas controladas;

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e suas controladas.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas controladas consideram:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia e suas controladas a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negocio

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros, caso o valor do prépagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do prépagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros a	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo
VJR	juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de
custo amortizado	juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros,
	ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou
	perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Instrumentos de	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada
dívida a VJORA	utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos
	no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o
	resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos
patrimoniais a	como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de
VJORA	parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca
	são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e suas controladas nem transferem nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia e suas controladas realizam transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e suas controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas mantêm instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso o contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas como descritas a seguir.

"Hedges" de fluxos de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de "hedge" em uma proteção da variabilidade dos fluxos de caixa atribuível a um risco específico associado com um ativo ou passivo reconhecido ou uma transação prevista altamente provável e que poderia afetar o resultado, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na reserva de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando o item sujeito a "hedge" é um ativo não financeiro, o valor reconhecido em outros resultados abrangentes é transferido para o valor contábil do ativo quando o ativo é realizado. O valor reconhecido em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado no mesmo exercício em que os fluxos de caixa protegidos ("hedge") afetam o resultado, na mesma linha na demonstração do resultado como item objeto de "hedge". Se não houver mais expectativas quanto à ocorrência da transação prevista, o saldo em outros resultados abrangentes é reconhecido imediatamente no resultado. Em outros casos, o valor reconhecido em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado no mesmo exercício em que o item objeto de "hedge" afeta o resultado.

Caso o instrumento de "hedge" não mais atenda aos critérios de contabilização de "hedge", expire, ou seja, vendido, encerrado, exercido ou tenha sua designação revogada, a contabilização de "hedge" é descontinuada prospectivamente. Os resultados acumulados, anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e apresentados na reserva de avaliação patrimonial no patrimônio líquido, permanecem ali até que a transação prevista afete o resultado.

Outros derivativos não mantidos para negociação, sendo quando um instrumento financeiro derivativo não é designado em um relacionamento de "hedge" de fluxo de caixa que se qualifica, todas as variações em seu valor justo são reconhecidas imediatamente no resultado.

Capital social - Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como redução do patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.

(f) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e, estão deduzidos da depreciação acumulada quando aplicável, pelas perdas por redução ao valor recuperável acumulado. Incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que estes estejam em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido caso seja provável que traga benefícios econômicos para as controladas e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente reposto. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo de arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que irá obter a propriedade ao final do prazo de arrendamento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativas estão apresentadas na nota explicativa nº 10.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social, e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

(g) Ativos intangíveis

Ágio

O ágio resultante da aquisição da controlada Limday é incluído nos ativos intangíveis. Para a mensuração do ágio no reconhecimento inicial, veja a nota explicativa nº 11a).

O ágio não amortizável no valor de R\$ 73.102, é resultante da aquisição através de sua controlada direta Hidrovias do Brasil - Cabotagem S.A. ("HB Cabotagem") da Log-In – Logística Intermodal S.A. "Log-In" dos direitos e obrigações de um contrato comercial de transporte de bauxita.

Os ágios que tenham sido alocados aos direitos de concessão, assim como aqueles relacionados, mas que não tenham sido alocados diretamente à concessão ou outros ativos e passivos, e que tenham o benefício econômico limitado no tempo (prazo definido), em razão de direito de concessão com vida útil definido, compõem o saldo do ativo intangível e são amortizados pelo exercício do direito de exploração, a partir da entrada em operação das controladas.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e suas controladas que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumulada. A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estão disponíveis para uso, sendo a amortização do direito de uso de software de cinco anos.

(h) Ativos arrendados

Arrendamentos de ativo imobilizado que transferem para a Companhia e suas controladas substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é mensurado por montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia e suas controladas.

Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos para arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos são reconhecidos como parte integrante das despesas totais de arrendamento, ao longo da vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados como despesas financeiras e redução do passivo a pagar. As despesas financeiras são alocadas em cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

(i) Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros não derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia e suas controladas reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- ativos de contrato.

A Companhia e suas controladas mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e suas controladas, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas ("forward-looking").

A Companhia e suas controladas presumem que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

A Companhia e suas controladas consideram um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito da Companhia e suas controladas, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

A Companhia e suas controladas consideram que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de "grau de investimento":

- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro;
- As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia e suas controladas de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia e suas controladas esperam receber).

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia e suas controladas avaliam se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- reestruturação de um valor devido a Companhia e suas controladas em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia e suas controladas não têm expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia e suas controladas adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia e suas controladas fazem uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia e suas controladas não esperam nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia e suas controladas para a recuperação dos valores devidos.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio que não tenha vida útil definida, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa ("UGC"), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

(j) Benefícios a empregados

Transações de pagamentos baseados em ações

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição ("vesting date").

Para os prêmios de pagamento baseado em ações que não contenham condições de aquisição ("non-vesting conditions"), o valor justo na data de outorga dos prêmios de pagamento baseado em ações é mensurado para refletir tais condições e não são efetuados ajustes posteriores para as diferenças entre os resultados esperados e os reais.

Benefícios de término de vínculo empregatício

Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como despesa quando estão comprovadamente comprometidos, sem possibilidade realista de retrocesso, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício devido a uma oferta feita para estimular a demissão voluntária. Os benefícios de término de vínculo empregatício por demissões voluntárias são reconhecidos como despesa caso tenha sido feita uma oferta de demissão voluntária, seja provável que a oferta será aceita e o número de funcionários que irão aderir ao programa possa ser estimado de forma confiável. Caso os benefícios sejam pagáveis por mais de 12 meses após a data de apresentação das demonstrações financeiras, eles são descontados a seus valores presentes.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago relativo aos planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e suas controladas tiverem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em virtude de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação puder ser estimada de maneira confiável.

(k) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em virtude de um evento passado, se a Companhia e suas controladas têm uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e, é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(l) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e, a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito, diluidor nos exercícios apresentados, nos termos do pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação e da norma IAS 33 - Resultado por Ação.

(m) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, que são reconhecidas no resultado por meio do método da taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado por meio do método da taxa efetiva de juros.

(n) Demonstração de valor adicionado

A Companhia elaborou a demonstração do valor adicionado ("DVA") nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, apresentando como informação suplementar.

(o) Segmentos operacionais

Um segmento operacional é um componente da Companhia e de suas controladas que desenvolvem atividades de negócio das quais podem obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revisados frequentemente junto com os seus gerentes e com reporte à Diretoria Estatutária; da mesma forma, são apresentados nas reuniões do Conselho de Administração, para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem, principalmente, ativos institucionais (primariamente a sede da Companhia) e ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social.

As divulgações dos segmentos operacionais da Companhia e suas controladas são baseadas na estrutura gerencial das demonstrações financeiras e da Administração, a qual segue a segmentação de negócio por região. O corredor norte corresponde ao Pará, o corredor sul ao Paraguai e Uruguai e os demais negócios estão alocados em outros.

(p) Imposto de renda e contribuição social

Na controladora, os valores desses tributos do exercício, correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para o imposto de renda, e de 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável. No consolidado, o imposto de renda das controladas que estão estabelecidas no Uruguai e Paraguai é calculado com base na legislação aplicável nos respectivos países.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, às taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas nas datas de apresentação das demonstrações financeiras, e qualquer ajuste nos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação aos prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade nem o lucro ou prejuízo tributável; e diferenças relacionadas a investimentos

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

em controladas e entidades controladas quando for provável que elas não revertam em um futuro previsível. Além disso, o imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, com base nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até as datas de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes e eles se relacionem a imposto de renda lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação, estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de apresentação das demonstrações financeiras e serão reduzidos à medida que sua realização não for mais provável.

(q) Subvenção e assistência governamentais

Uma subvenção governamental incondicional relacionada é reconhecida no resultado como 'Outras Receitas' quando a subvenção se torna recebível. Outras subvenções governamentais relacionadas a ativos são reconhecidas inicialmente como receitas diferidas pelo seu valor justo, quando existe razoável segurança de que elas serão recebidas e que a Companhia e suas controladas irão cumprir as condições associadas com a subvenção e são posteriormente reconhecidas no resultado como 'Outras Receitas', em uma base sistemática ao longo da vida útil do ativo.

As subvenções que visam compensar a Companhia e suas controladas por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como 'Outras Receitas' em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas correlatas são registradas.

(r) Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Companhia e suas controladas não adotaram essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia e suas controladas não planejam adotar estas normas de forma antecipada

CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Arrendamento

O CPC 06 (R2)/IFRS 16 introduz o modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo CPC06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15, e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. Os possíveis impactos da adoção desta norma para as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas foram avaliados e os valores envolvidos não impactarão de forma relevante os saldos contábeis.

As análises relacionadas a mensuração e contabilização dos contratos de arrendamento estão substancialmente concluídas, estando pendentes de definição os seguintes pontos:

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- taxa de desconto;
- estimativa dos fluxos de pagamentos dos contratos de arrendamento pela parcela líquida ou bruta de impostos.

Dessa maneira, com base na existência de componentes significativos de julgamento nesse pronunciamento, a administração entende que poderão haver alterações nos impactos esperados.

Outras alterações

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas:

- IFRIC 23 / ICPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro.
- Características de Pré-Pagamento com Remuneração Negativa (Alterações na IFRS 9).
- Alterações no Plano, Reduções ou Liquidação do Plano (Alterações no CPC 33 / IAS 19).
- Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017 várias normas.
- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018 31/12/2017		31/12/2018	31/12/2017
Conta Corrente - Nacional	8.823	372	15.209	11.694
Conta Corrente - Exterior	-	-	120.458	72.174
	8.823	372	135.667	83.868

5. Aplicações financeiras

5.1 Títulos e valores mobiliários

Control	adora	Consolidado		
31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	
-	-	397.210	-	
-	-	294.266	-	
101.442	79.302	136.938	105.222	
26.456	-	71.853	-	
-	-	28.678	-	
-	-	14.085	-	
10.006	-	10.006	-	
137.904	79.302	953.036	105.222	
	31/12/2018 - 101.442 26.456 - 10.006	101.442 79.302 26.456	31/12/2018 31/12/2017 31/12/2018 - - 397.210 - - 294.266 101.442 79.302 136.938 26.456 - 71.853 - - 28.678 - - 14.085 10.006 - 10.006	

(a) Aplicações financeiras que representam investimentos no Fundo Itaú PP Portfólio, referenciado na variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, com remuneração média de 101,3% do CDI (101,6% em

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- 31 de dezembro de 2017). A carteira do fundo é composta exclusivamente por títulos de renda fixa, distribuídos entre títulos públicos federais, operações compromissadas, cotas de fundos e outros títulos de instituições financeiras.
- (b) Aplicações financeiras que representam investimentos no Fundo Itaú Cambial FIC FI, referenciado na variação cambial do dólar americano Ptax800, com rentabilidade de 19,88% em 2018. A carteira do fundo é composta exclusivamente por títulos de renda fixa, distribuídos entre títulos públicos federais e operações compromissadas lastreadas em títulos Públicos Federais.
- (c) Aplicações financeiras que representam investimentos no Fundo Santander ARGO, referenciado na variação do Certificado de Depósito Interbancário CDI, com remuneração média de 101,64% do CDI. A carteira do fundo é composta exclusivamente por títulos de renda fixa, distribuídos entre títulos públicos federais, operações compromissadas, cotas de fundos e outros títulos de instituições financeiras.
- (d) Aplicações financeiras que representam investimentos em um fundo no exterior com o Banco J.P. Morgan, referenciado na variação do tesouro americano 0,20% ao mês. A carteira é composta por títulos de renda fixa e por Títulos Tesouro Americano.
- (e) As aplicações financeiras que representam investimentos em Certificados de Depósitos Bancário CDB no Banco ABC Brasil, referenciado na variação do Certificado de Depósito Interbancário CDI, com remuneração média de 100% do CDI.
- (f) Aplicações financeiras que representam investimentos no Fundo Safra SPX, referenciado na variação do Certificado de Depósito Interbancário CDI, com remuneração média de 116% do CDI. A carteira do fundo é composta exclusivamente por títulos de renda fixa.
- (g) Aplicações financeiras que representam investimentos no FIDC Upside, com rentabilidade média de 0,9% a.m. em 2018. A carteira do fundo é composta por cessão de direitos creditórios e cotas de fundos compostos exclusivamente por títulos de renda fixa, distribuídos entre títulos públicos federais e operações compromissadas lastreadas em títulos Públicos Federais.

5.2 Aplicações financeiras vinculadas

Consolida	ado
31/12/2018	31/12/2017
-	81.673
-	91.293
1.937	-
11.899	13.153
13.836	186.119
	31/12/2018 - - 1.937 11.899

- (a) Representam investimentos no fundo BNP PARIBAS SOBERANO FIC FI RF, sujeitos a variação da taxa de juros SELIC, com remuneração de 95,75% da Selic (96,95% em 31 de dezembro de 2017). A carteira do fundo é composta por títulos públicos federais de emissão do Tesouro Nacional e/ou Banco Central do Brasil, pré-fixados ou indexados à variação do CDI, ou, ainda, por operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais.
- (b) Em 2017, as controladas HB Vila do Conde, HB Miritituba e HB Navegação Norte, possuía uma conta reserva vinculada no Itaú Unibanco S.A. que era o agente depositário e estava atrelada aos empréstimos do corredor Norte, os quais foram liquidados em 2018. Os recursos da conta vinculada ela aplicadas em um fundo do Itaú, sujeitos a variação do CDI, com remuneração de 100% do CDI (100% em 31 de dezembro de

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2017). A carteira do fundo era composta por títulos públicos federais de emissão do Tesouro Nacional e/ou Banco Central do Brasil, pré-fixados ou indexados à variação do CDI, ou, ainda, por operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais.

- (c) Em 2016, a controlada Girocantex S.A., possuía uma conta reserva com no Banco Deutsche Bank Trust Company Americas, que estava atrelado ao empréstimo do Projeto Vale (exigência contratual), o qual foi liquidado em 2018. Os recursos desta conta estavam aplicados no fundo T-Found do BlackRock, com renumeração relacionada as notas do tesouro americano, que investia pelo menos 99,5% do total dos seus ativos em notas do Tesouro dos EUA, notas e outras obrigações emitidos ou garantidos como principal e juros pelo Tesouro dos EUA, e acordos de recompra garantido por tal obrigação ou dinheiro.
- (d) Em 2018, a controlada Resflir S.A., constituiu uma aplicação financeira de longo prazo, no Banco Safra de Luxemburgo que está atrelada ao Loan Agreement com o Banco Safra. Essa aplicação se tratava de um Time Deposit do próprio Banco Safra e possui uma taxa fixa de 2%a.a.

As aplicações financeiras apresentadas no ativo não circulante estão vinculadas aos empréstimos. A cláusula contratual determina que deve-se manter em conta vinculada, durante a vigência do contrato, saldo equivalente ao previamente pactuado.

6. Contas a receber de clientes

6.1 Composição dos saldos

	Consoli	Consolidado		
	31/12/2018	31/12/2017		
Exterior				
Vila do Conde	7.653	-		
Intermediação	2.103	-		
Del Paraguay	808	-		
Cikelsol	-	3.985		
Pricolpar	54	-		
Girocantex	30.920	21.004		
	41.538	24.989		
Nacionais Nacionais				
Vila do Conde	6.977	499		
Miritituba	1.312	756		
Navegação	31.137	5.846		
Intermediação	2.095	321		
Cabotagem	47.860	44.470		
	89.381	51.892		
Total	130.919	76.881		

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

6.2 Composição do contas a receber por idade de vencimento

	Consolidado			
	31/12/2018	31/12/2017		
A vencer	105.187	63.479		
Vencidos até 30 dias	17.624	13.021		
Vencidos de 30 a 60 dias	5.274	23		
Vencidos de 60 a 90 dias	408	-		
Vencidos de 90 a 120 dias	513	73		
Vencidos de 120 a 180 dias	370	285		
Vencidos a mais de 180 dias	1.543	-		
Total	130.919	76.881		

O saldo do contas a receber de clientes não apresentava valores relevantes vencidos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, bem como a Companhia e suas controladas entendem que o risco de crédito é baixo conforme histórico e, por essa razão julgaram que não era necessário a constituição de uma perda estimada.

7. Impostos a recuperar

	Control	ladora	Consolidado		
	31/12/2018 31/12/2017		31/12/2018	31/12/2017	
IDDE a/ Anlicação Einanceira (a)		4 901		10.547	
IRRF s/ Aplicação Financeira (a)	-	4.891	-	10.547	
PIS / COFINS (b)	11	-	39.398	4.222	
ICMS	18	18	1.237	1.233	
ISS	2	1	618	562	
IVA (c)			8.690	3.500	
Total	31	4.910	49.943	20.064	

Os tributos a recuperar são registrados pela competência, de acordo com as retenções sofridas e/ou pagamentos realizados, de tal forma que a Companhia e suas controladas apresenta as situações abaixo:

- (a) As retenções de Imposto de Renda, sofridas em decorrência de rendimentos de aplicações financeiras de renda fixa realizadas pela Companhia e suas controladas, são reconhecidas no Ativo conforme informações prestadas pelas instituições financeiras periodicamente;
- (b) As contribuições do Pis e da Cofins decorrem dos créditos calculados na Navegação Norte. Esses créditos são calculados, principalmente, sobre as aquisições de combustível e sobre a subcontratação de transportadoras na operação multimodal (OTM) na parte rodoviária. Os créditos são compensados mensalmente com os débitos apurados nas prestações de serviços ou trimestralmente com os débitos de outros tributos federais através de compensação via PER/DCOMP. No exercício de 2018, a Companhia e suas controladas reconheceram um crédito extemporâneo de Pis e Cofins sobre insumos no montante de R\$27.171.
- (c) O Imposto sobre Valor Agregado que é reconhecido no ativo das empresas do Sul, tal imposto é consequência da compra de insumos para a operação das empresas Hidrovias Del Paraguay, Pricolpar,

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Cikelsol, Baloto e Resflir, sendo estas localizadas no Paraguai e Uruguai.

7.1 Imposto de renda e contribuição social

	Control	adora	Consolidado		
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	
IRPJ / CSLL (a)	2.464	177	61.756	8.133	
Total	2.464	177	61.756	8.133	

(a) O Imposto de Renda e Contribuição Social, são apresentados no ativo conforme antecipações realizadas de acordo com as legislações tributárias vigentes, no que tange o Lucro Real, bem como retenções sofridas em decorrência de pagamento de serviços prestados pela Companhia e suas controladas;

8. Garantias e depósitos caução

	Control	adora	Consoli	idado
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Projeto Obrinel (a)	6.155	5.180	6.155	5.180
Outros (b)	303	303	303	303
Total	6.458	5.483	6.458	5.483

- (a) Em 25 de julho de 2014, a Companhia concedeu recursos financeiros para a Obrinel e o saldo residual no montante de R\$ 6.155 (R\$ 5.180 em 31 de dezembro de 2017) permanecerá como depósito garantia até a conclusão financeira do Projeto Obrinel, com o prazo 15 de dezembro de 2027.
- (b) Depósito caução do escritório da Holding.

9. Investimentos

A movimentação dos investimentos da controladora e do consolidado no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 está apresentada a seguir:

	Contro	oladora	Consolidado		
Composição dos investimentos	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	
Participações societárias avaliadas por equivalência patrimonial	1.429.630	1.196.203	62.943	64.485	

(*) O saldo da Baloto contempla o direito de concessão na aquisição da Obrinel no montante de R\$12.955.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora							
	31/12/2017	31/12/2017 31/12/2018						
	Saldo incial	Aumento de capital	Ajuste de avaliação patrimonial - Hedge	Ajuste de avaliação patrimonial - Resultado de conversão de moeda (CTA)	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos a receber	Saldo final	
Baloto S.A. (*)	17.037	-	-	2.489	-	-	19.526	
Hidrovias Del Sur	553.568	-	34.256	102.976	7.537	(25.139)	673.198	
Hidrovias International Finance	-	47	-	180	2.857	(720)	2.364	
Hidrovias BR - Marabá	9.252	363	-	-	(433)	-	9.182	
Hidrovias Holding Norte	386.966	15.434	(68.880)	-	174.709	(567)	507.662	
Cabotagem	226.199	-	(51.037)	-	26.960	(180)	201.942	
Intermediação	3.181	-	-	-	12.757	(182)	15.756	
Total	1.196.203	15.844	(85.661)	105.645	224.387	(26.788)	1.429.630	

	Controladora							
	31/12/2016		31/12/2017					
					Resultado	<u> </u>		
			Ajuste de	Resultado de	de			
	Saldo inicial	Aumento de capital	avaliação patrimonial	equivalência patrimonial	conversão de moeda	Saldo final		
Baloto S.A.	15.412			1.112	513	17.037		
Hidrovias Del Sur	450.427	10.377	13.487	68.958	10.319	553.568		
Hidrovias BR - Marabá	9.261	314	-	(323)	-	9.252		
Hidrovias del Paraguai S.A.	(12)	-	-	12	-	-		
Hidrovias Holding Norte	388.975	-	-	(2.009)	-	386.966		
Pricolpar S.A.	6	-	-	(6)	-	-		
Cabotagem	65.035	157.075	-	4.089	-	226.199		
Intermediação	492	308		2.381		3.181		
Total	929.596	168.074	13.487	74.214	10.832	1.196.203		

				Consolidado				
	31/12/2017	31/12/2018						
	Saldo	Aumento de	Ajuste de avaliação	Resultado de equivalência	Ajuste de exercícios anteriores em	Resultado de conversão de moeda	Saldo	
	inicial	capital	patrimonial	patrimonial	controladas	(CTA)	final	
Limday	12.514	-		1.710	-	-	14.224	
Obrinel	51.971			(11.472)		8.220	48.719	
Total	64.485			(9.762)		8.220	62.943	

		Consolidado								
	31/12/2016	31/12/2017								
	Saldo inicial	Aumento de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Resultado de conversão de moeda	Saldo final					
Limday	14.308	-	1.834	(3.628)	12.514					

HB Navegação Norte

134.289.228

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Obrinel	50.628	13.915	(13.138)	566	51.971
Total	64.936	13.915	(11.304)	(3.062)	64.485

As principais informações sobre as controladas diretas, indiretas e em conjunto são apresentadas a seguir:

			31/12/2	2018		
	Quantidade de ações	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	(Prejuízo) lucro das empresas no período	Receitas líquidas (i)
Controladas diretas						
Hidrovias del Sur	2.828.608.315	1.607.334	934.136	673.198	7.537	_
Hidrovias International Finance S.à r.l.	12.000	2.357.544	2.355.180	2.364	2.857	-
HB Marabá	20.000.000	9.306	124	9.182	(433)	_
HB Cabotagem	63.400.000	791.188	589.246	201.942	26.960	172.050
HB Intermediação	454.000	25.906	10.150	15.756	12.757	38.153
Hidrovias do Norte	496.971.094	1.934.823	1.427.161	507.662	174.280	473.044
Controladas indiretas e em conjunto						
Limday	96.302.000	37.302	5.368	31.935	3.884	22.202
Obrinel (ii) Baloto	423.323.815 208.927.039	447.173 49.989	347.751 1.548	99.422 48.441	23.413 (11.581)	30.263
Girocantex	2.422.140.009	1.244.744	724.505	520.239	26.208	306.873
Hidrovias del Paraguay	450.000	57.310	91.969	(34.659)	782	72.867
Pricolpar	225.000	45.069	15.586	29.483	(29)	24.630
Cikelsol	800.000	227.013	187.395	39.618	(2.268)	78.116
Resflir	20.000	53.986	50.513	3.473	3.906	6.580
HB Vila do Conde	253.934.860	830.330	583.537	246.793	57.654	147.104
HB Miritituba	115.961.546	358.167	289.336	68.831	3.738	62.830

765.730

572.866

192.864

44.043

279.422

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

31/12/2017

			31/12/20	,1,		
	Quantidade de ações	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	(Prejuízo) lucro das empresas no período	Receitas líquidas (i)
Controladas diretas						
Hidrovias del Sur	2.828.608.315	1.284.729	731.161	553.568	68.947	312.753
HB Marabá	20.000.000	9.316	64	9.252	(322)	-
HB Cabotagem	63.400.000	712.558	486.359	226.199	4.088	133.564
HB Intermediação	454.000	4.065	884	3.181	2.382	14.201
Hidrovias do Norte	496.971.094	1.542.920	1.155.954	386.966	(2.011)	338.342
Controladas indiretas e em c	<u>onjunto</u>					
Limday	96.302.000	35.673	7.583	28.090	4.117	20.563
Obrinel	423.323.815	275.621	169.557	106.064	(26.813)	17.812
Baloto	208.927.039	53.016	1.181	51.835	(13.225)	-
Girocantex	2.422.140.009	1.071.335	634.668	436.667	71.203	278.915
Hidrovias del Paraguay	450.000	45.442	75.739	(30.297)	1.424	73.739
Pricolpar	225.000	37.500	8.823	28.677	3.842	21.658
Cikelsol	800.000	143.124	103.606	39.518	6.345	76.429
Resflir	20.000	38.487	38.134	353	339	1.676
HB Vila do Conde	253.934.860	747.891	559.519	188.372	(3.738)	107.035
HB Miritituba	115.961.546	305.254	241.551	63.703	(11.854)	52.273
HB Navegação Norte	134.289.228	570.496	434.493	136.003	13.585	179.034

⁽i) Inclui as receitas entre grupos.

⁽ii) Em 31 de dezembro de 2018 o valor total dos passivos é substancialmente composto por R\$ 177.534 (R\$ 158.088 em 31 de dezembro de 2017) de empréstimos e financiamentos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imobilizado

A composição e movimentação do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

Controladora	Instalações e Benfeitorias	Móveis e Utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos Eletrônicos e informática	Imobilizado em andamento	Total
Saldo em 31/12/2017	1.852	66	271	294	10.672	13.155
Adições	-	10	1	15	6.974	7.000
Baixas	-	-	-	-	(8.913)	(8.913)
Transferências (*)	-	-	8	-	(6.571)	(6.563)
Depreciação	(387)	(16)	(42)	(119)	-	(564)
Saldo em 31/12/2018	1.465	60	238	190	2.162	4.115
Custo histórico	2.510	167	419	907	2.162	6.165
Depreciação acumulada	(1.045)	(107)	(181)	(717)	-	(2.050)
Taxa anual de depreciação - %	10	10	10	25	-	

(*) Transferência do imobilizado para controladas

Controladora	Instalações e benfeitorias	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos eletrônicos e informática	Imobilizado em andamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	150	70	308	206	10.391	11.125
Adições	5	12	-	9	4.439	4.465
Transferência para intangível	-	-	-	-	(2.026)	(2.026)
Transferências	1.930	-	3	199	(2.132)	-
Depreciação	(233)	(16)	(40)	(120)	-	(409)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.852	66	271	294	10.672	13.155
Custo histórico	2.510	157	410	890	10.672	14.639
Depreciação acumulada	(658)	(91)	(139)	(596)	-	(1.484)
Taxa anual de depreciação - %	10	10	10	25	-	

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado	Terrenos	Edificações	Instalações e Benfeitorias	Móveis e Utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos Eletrônicos e informatica	Veículos	Empurradores, barcaças e navios	Imobilizado em andamento	Total
Saldo em 31/12/2017	64.343	554.003	3.091	203	322.499	1.150	298	1.604.201	284.147	2.833.935
Adições	11.340	254	6.229	114	12.164	237	-	14.840	76.759	121.938
Baixas	-	_	-	-	-	-	-	-	(37.638)	(37.638)
Transferências	8.408	4.374	3.178	67	25.196	93	-	56.525	(97.840)	-
Depreciação	-	(23.794)	(1.130)	(40)	(39.614)	(425)	(64)	(75.381)	· -	(140.449)
Conversão de moeda	-	_	27	2	24	6	4	164.775	-	164.839
Saldo em 31/12/2018	84.091	534.837	11.395	346	320.269	1.061	238	1.764.960	225.428	2.942.624
Custo histórico	84.091	594.704	13.130	641	405.063	2.840	552	1.849.709	225.427	3.176.157
Depreciação acumulada	-	(59.867)	(1.735)	(295)	(84.794)	(1.779)	(314)	(84.749)	-	(233.533)
Taxa anual de depreciação - %	-	4	10	10	10	25	20	4	-	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

<u>Consolidado</u>	Terrenos	Edificações	Instalações e benfeitorias	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos eletrônicos e informática	Veículos	Empurradores e barcaças	Imobilizado em andamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	55.604	516.029	194	143	240.769	1.140	341	1.552.872	374.044	2.741.136
Adições	-	8.109	1.250	108	23.369	186	43	1.163	168.087	202.315
Transferências para intangível	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.794)	(2.794)
Transferências	8.739	51.431	1.929	-	85.923	199	-	105.135	(253.356)	-
Depreciação	-	(21.566)	(285)	(52)	(27.593)	(380)	(88)	(68.304)	-	(118.268)
Conversão de moeda		<u>-</u> _	3	4	31	5	2	13.335	(1.834)	11.546
Saldo em 31 de dezembro de 2017	64.343	554.003	3.091	203	322.499	1.150	298	1.604.201	284.147	2.833.935
Custo histórico	64.343	590.075	4.125	459	367.506	2.523	721	1.775.917	284.147	3.089.816
Depreciação Acumulada	-	(36.072)	(1.034)	(256)	(45.007)	(1.373)	(423)	(171.716)	-	(255.881)
Taxa anual de depreciação - %	-	4	10	10	10	25	20	4	-	

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Imobilizado em andamento

	Consolid	ado
	31/12/2018	31/12/2017
Projeto Miritituba (ETC)	-	4.408
Projeto Vila do Conde (TUP)	8.326	11.608
Projeto Navegação (a)	188.622	198.964
Outros projetos (b)	28.479	69.167
Total	225.427	284.147

- (a) O saldo em andamento no ativo da controlada indireta HB Navegação Norte, trata-se dos investimentos atrelados à construção de empurradores e barcaças e serão transferidos para imobilizado conforme a entrega dos empurradores.
- (b) O saldo em andamento refere-se a projetos de melhorias de embarcações nos corredores norte e sul.

Teste de redução ao valor recuperável de ativos - "impairment"

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRSs, os itens de ativo imobilizado que apresentam indicativos de que seus custos registrados são superiores a seus valores recuperáveis são revisados para determinar a necessidade de registro de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

Considerando o efeito da Multigrain, no que diz respeito a quebra do contrato e indenização do mesmo, a Administração realizou teste de *impairment* para os ativos da Companhia e suas controladas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e não identificou necessidade de provisão para redução de valor recuperável.

11. Intangível

Controladora	Software	Contratos	Total
Saldo em 31/12/2017	12.681	1.642	14.323
Adições	4.917	-	4.917
Amortização	(4.369)	(165)	(4.534)
Saldo em 31/12/2018	13.229	1.477	14.706
Custo histórico	26.996	1.642	28.638
Amortização acumulada	(13.767)	(165)	(13.932)

		Intangivel em	
Software	Contratos	andamento	Total
12.858	-	3.020	15.878
37	-	10	47
384	1.642	-	2.026
3.030	-	(3.030)	-
(3.628)	<u>-</u> _	<u> </u>	(3.628)
12.681	1.642	-	14.323
20	(*)		
22.079	1.642	-	23.721
(9.398)	-	-	(9.398)
	12.858 37 384 3.030 (3.628) 12.681 20 22.079	12.858 - 37 - 384 1.642 3.030 - (3.628) - 12.681 1.642 20 (*) 22.079 1.642	Software Contratos andamento 12.858 - 3.020 37 - 10 384 1.642 - 3.030 - (3.030) (3.628) - - 12.681 1.642 - 20 (*) - 22.079 1.642 -

^(*) Amortização pelo prazo dos respectivos contratos

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

				Intangível	
			,	em	
Consolidado	Software	Contratos	Ágio (o)	andamento	Total
Saldo em 31/12/2017	15.892	153.974	94.023	3.430	267.319
Adições	8.038	-	-	127	8.165
Transferências	2.514	-	-	(2.514)	-
Amortização	(5.426)	(9.193)	-	-	(14.619)
Conversão de moeda	4		2.280	599	2.883
Saldo em 31/12/2018	21.022	144.781	96.303	1.642	263.748
Taxa anual de amortização - %	20		10		
Custo histórico	36.129	163.887	98.658	1.642	300.316
Amortização acumulada	(15.107)	(19.106)	(2.355)	-	(36.568)

				Intangível em	
Consolidado	Software	Contratos (b)	Ágio (a)	andamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	13.183	161.293	94.116	8.061	276.653
Adições	86	-	-	117	203
Transferências do imobilizado	1.152	1.642	-	-	2.794
Transferências	5.212	-	-	(5.212)	-
Amortização	(3.743)	(8.961)	(392)	-	(13.096)
Conversão de moeda	2	-	299	464	765
Saldo em 31 de dezembro 2017	15.892	153.974	94.023	3.430	267.319
Taxa anual de amortização - %	20		10		
Custo histórico	25.575	163.358	96.359	3.430	288.722
Amortização Acumulada	(9.683)	(9.384)	(2.336)	=	(21.403)

(a) Ágio

Ágio gerado na aquisição de 44,55% das ações representativas do capital social da Limday. O ágio da Limday de R\$8.039 está fundamentado em estudos desenvolvidos sobre a rentabilidade futura das operações.

Refere-se ao direito de concessão da Baloto na aquisição da Obrinel, de R\$12.955, está fundamentado em estudos desenvolvidos pela Companhia sobre a rentabilidade futura das operações da Obrinel.

Ágio gerado na aquisição dos ativos e passivos da "Log-In" no valor de R\$73.121, pela controlada Cabotagem, fundamentado como rentabilidade futura das operações.

Em 31 de dezembro de 2017, utilizando a premissa de cálculo sobre os fluxos de caixa futuros projetados, no período do contrato de concessão e, aplicando a taxa de desconto, não foi identificada a necessidade de registro de provisão para "*impairment*". A Administração acredita estar consistente com a premissa que um participantede mercado utilizaria.

Para fins do teste de redução ao valor recuperável, os ágios foram alocados para as unidades geradoras de caixa (UGC) de sua origem.

O valor recuperável destas UGC foi baseado no valor justo, estimados com base em fluxos de caixa descontados. A mensuração do valor justo foi classificada como Nível 3 com base nos inputs utilizados na técnica de avaliação.

As principais premissas utilizadas para estimar o valor recuperável estão definidas a seguir. Os valores atribuídos às principais premissas representam a avaliação de tendências futuras da Administração em setores relevantes e foram baseadas em dados históricos de fontes internas e externas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A taxa de desconto foi estimada após impostos com base na taxa média ponderada do custo de capital WACC para cada UGC variando entre 5,3% a 8,9%, considerando parâmetros de mercado.

As projeções do fluxo de caixa foram feitas considerando a vida útil dos ativos de cada UGC. Não foi considerada taxa de crescimento na perpetuidade.

O resultado projetado foi estimado levando em consideração a experiência passada. O crescimento da receita projetada levou em consideração os contratos de "*Take or Pay*" de longo prazo. O preço dos serviços aumenta em linha com a inflação prevista para os próximos anos, conforme previsto nos contratos. Os custos variam conforme o volume realizado e atualizados pela taxa de inflação projetada.

O valor recuperável estimado das UGCs foi superior ao seu valor contábil, assim, não foi identificada a necessidade de registro de provisão para "*impairment*".

(b) Contratos

Contrato de clientes adquirido na aquisição da empresa de cabotagem com o Alunorte. A duração do contrato é de 18 anos para a prestação de serviço de navegação para transporte de Bauxita. O valor do contrato é amortizado com base na vigência do contrato.

12. Fornecedores

	Controla	ndora	Consolidado			
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017		
Fornecedores nacionais	4.530	3.089	60.040	44.974		
Fornecedores estrangeiros		50	17.742	1.863		
Total	4.530	3.139	77.782	46.837		

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

13. Empréstimos e financiamentos

				Consolidado		
Controladora	Tipo	Vencimento final	Taxa de juros - a.a.	31/12/2018	31/12/2017	
HB Hidrovias do Brasil:				<u> </u>		
Banco Pine	Cédula de Crédito Bancária	out/18	4.0% + CDI	-	71.866	
Banco BBM	Cédula de Crédito Bancária	out/19	6,20%	16.138	20.656	
Subtotal				16.138	92.522	
Controladas						
HB International Finance (d) Girocantex e Hidrovias	Bond	jan/25	5,95%	2.354.139	-	
del Paraguay:						
Banco IDB	Financiamento de Projetos	mai/26	4,3% - 4,5% + Libor	-	253.541	
Banco IFC	Financiamento de Projetos	mai/26	4,3% - 4,5% + Libor	-	253.541	
Banco Santander	Financiamento de Projetos	mai/26	4,3% + Libor	-	73.136	
HB Cabotagem:						
BNDES	Cédula de Crédito Bancária	jun/32	2,5% - 3,9% + Ptax 800 BCB (USD)	549.481	474.835	
HB Vila do Conde:						
Banco do Brasil, Itaú e BNDES	Financiamento de Projetos	jan/27	6,0% + TJLP	1.209	397.719	
HB Navegação Norte:						
Banco do Brasil e BNDES	Financiamento de Projetos	jun/32	2,9% - 3,9% do TJLP	1.460	295.626	
HB Miritituba:	-					
Banco da Amazônia	Financiamento de Projetos	jan/28	11,18%	1.363	205.023	
<u>Cikelsol:</u>						
Banco Votorantim	Financiamento de Projetos	dez/19	3,9% + Libor	-	65.513	
Resflir:						
Banco ABC	Financiamento de Projetos	jul/20	5,6% + Libor	14.225	16.887	
Banco Safra Luxemburgo	Financiamento de Projetos	mai/19	5,0% + Libor	3.131	6.679	
Outros				-	-	
Subtotal				2.925.008	2.042.500	
Total				2.941.146	2.135.022	
Circulante				195.283	293.587	
Não circulante				2.745.863	1.841.435	

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação dos empréstimos e financiamentos consolidados é conforme segue:

Empresa	Saldo em 31/12/2017	Captação	Juros	Reversão/ Custo Captação	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Ajuste de conversão	Efeito Hedge	Variação cambial	Saldo em 31/12/2018
HBSA – Holding (b)	92.522	-	2.847	-	(77.637)	(5.006)	-	-	3.412	16.138
Luxemburgo (d)	-	2.193.471	122.173	(29.313)	-	(65.256)	133.064	-	-	2.354.139
Vila do conde (e)	397.719	-	11.142	-	(395.543)	(12.108)	-	-	-	1.209
Miritituba (e)	205.023	-	3.176	-	(189.266)	(17.570)	_	-	-	1.363
Navegação (e)	295.626	-	2.528	-	(271.934)	(24.760)	_	-	-	1.460
Cabotagem (a)	474.835	-	16.236	-	(16.361)	(6.572)	-	79.232	2.111	549.481
Cikelsol (e)	65.513	-	875	921	(64.464)	(2.731)	(114)	-	-	-
Girocantex (e)	580.218	-	7.585	29.505	(606.752)	(13.588)	3.032	-	-	-
Resflir (c)	23.566	-	1.704	-	(9.189)	(2.808)	4.083	-	-	17.356
	2.135.022	2.193.471	168.268	1.113	(1.631.148)	(150.400)	140.066	79.232	5.522	2.941.146

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição dos contratos de empréstimos e financiamentos

- (a) Em 23 de dezembro de 2016, a Companhia assumiu através da sua controlada indireta HB Cabotagem, em negociação com a Log-In, o contrato de Cédula de Crédito Bancário com o BNDES, no valor total de US\$ 144.644 dólares americanos que são equivalentes a R\$ 568.957, referente a aquisição de dois navios graneleiros, cujos pagamentos ocorrerão mensalmente com a liquidação final prevista para 10 de junho de 2032. Estão dados em garantia os ativos adquiridos Tucunaré e Tambaqui.
- (b) Em 31 de outubro de 2017, a Companhia celebrou novo contrato de Cédula de Crédito Bancário com o Banco BBM, no valor total de US\$6.009 equivalente a R\$20.000, com sua liquidação prevista para outubro de 2019 com a finalidade de cobrir gastos administrativos.
- (c) Em 07 de novembro de 2017, a controlada indireta Resflir contratou financiamento em moeda estrangeira com o banco Safra Luxemburgo no valor de US\$2.000 que são equivalentes a R\$6.679, com sua liquidação prevista para maio de 2019 com a finalidade de pagar os custos com reforma dos empurradores. Em 15 de março de 2017, a controlada indireta Resflir contratou financiamento em moeda estrangeira com o banco ABC equivalente a R\$15.449 (US\$5.000), com sua liquidação prevista para 14 de julho de 2020.
- (d) Em 19 de janeiro de 2018 a Companhia captou através de sua subsidiária em Luxemburgo um Bond no valor de US\$600.000 equivalentes a R\$2.193.471, com vencimento em 24 de janeiro de 2025. O valor contabilizado está líquido do custo de captação US\$5.100 dolares americanos equivalentes a R\$ 29.313 e será amortizado de acordo com a vigência do contrato.
- (e) Em 23 de março de 2018 o montante de R\$1.498.909 referente as dívidas do corredor norte e sul foram liquidadas com a emissão do Bond, sendo que os ativos financiados do corredor norte, dados em garantias à estas dívidas, estão em fase de liberação. Apesar da antecipação do pagamento das dívidas, houve cobrança de multas contratuais, multas sobre o pré-pagamento, taxas de anuência dos bancos, baixa do saldo de derivativos e outros custos adicionais, vide nota 24 (Resultado Financeiro). Em 22 de março de 2018 a Companhia captou NCEs com o banco Santander, por meio de suas subsidiárias Vila do Conde no montante de R\$498.104, Miritituba no montante de R\$222.836, e Navegação Norte no montante de R\$399.794.

Garantias

Os empréstimos e financiamentos possuem garantias da Hidrovias do Brasil através de avais, notas promissórias ou depósitos em contas bancárias.

O Bond tem aval das empresas Hidrovias do Brasil S.A., Hidrovías del Sur S.A., Cikelsol S.A., Pricolpar S.A., Hidrovias del Paraguay S.A., Girocantex S.A., Hidrovias do Brasil – Vila do Conde S.A., Hidrovias do Brasil – Miritituba S.A., Hidrovias do Brasil – Navegação Norte S.A. e Hidrovias do Brasil – Holding Norte S.A.

Cláusulas restritivas

A Companhia, através de suas controladas, possui cláusulas restritivas contratuais atreladas a alguns financiamentos, as quais podem, em caso de não conformidade, levar ao vencimento antecipado da dívida. Essas cláusulas estão relacionadas com índices financeiros como cobertura do serviço da dívida, endividamento, liquidez e de obrigações operacionais. Além dessas existem outras cláusulas não financeiras.

A Controlada Cabotagem possui a seguinte cláusula: (i) manter o índice de capitalização maior ou igual a 25%. O índice de capitalização é dado pelo PL ajustado sobre ativo total. O PL ajustado é o PL excluindo as variações cambiais passivas e ativas. (ii) manter o índice de cobertura do serviço da dívida igual ou superior a 1,3. O ICSD é o Ebitda menos IRCSSL e variação do capital de giro, sobre o serviço da dívida.

Já a Controlada International Finance possui o covenant financeiro relacionado ao Bond de "dívida líquida sobre ebitda", que deve ser menor de 4,5x (em 2019, passando para 3,5x a partir de 2020) para que

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

pagamentos de dividendo e novas dívidas possam ser incorridas. O covenant não acelera o pagamento da dívida e não causa default.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 tais cláusulas foram integralmente atingidas.

Vencimento das parcelas de longo prazo – consolidado

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os vencimentos a longo prazo, têm a seguinte composição:

	Consolida	Consolidado				
	31/12/2018	31/12/2017				
		_				
2018	-	199.113				
2019	-	199.157				
2020	-	192.329				
2021	-	187.417				
2022	-	187.417				
2023 até 2032	2.941.146	876.002				
Total	2.941.146	1.841.435				

14. Risco sacado a pagar

A Companhia através de suas controladas, firmou contratos de risco sacado que foram liquidados em 2018 conforme tabela abaixo. Esses contratos, substancialmente, transferem as obrigações dos credores originais aos bancos abaixo mencionados. Esses contratos não alteraram os vencimentos e os valores devidos.

Empresa	Taxa	31/12/2017	Novas operações	Mora	Amortização	31/12/2018
Vila do Conde		22.568		(684)	(21.884)	
ABC	1,26%	19.472	-	(684)	(18.788)	-
FIBRA	1,42%	3.096	-	-	(3.096)	-
Miritituba		3.711	2.420	(288)	(5.843)	_
ABC	1,26%	2.947	1.199	(288)	(3.858)	-
FIBRA	1,42%	764	1.221	-	(1.985)	-
Navegação		40.775	-	(153)	(40.622)	-
ABC	1,26%	17.894	-	(153)	(17.741)	
FIBRA	1,42%	22.881	-	-	(22.881)	-
		67.054	2.420	(1.125)	(68.349)	

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

15. Obrigações sociais e trabalhistas

	Controladora		Consoli	dado
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Salários e ordenados a pagar	19	-	376	-
Provisão para bônus e gratificações	8.516	7.887	14.232	10.938
Férias e encargos	1.344	1.110	6.795	6.458
INSS a recolher	268	678	1.556	3.222
IRRF a recolher	295	375	834	960
FGTS a recolher	98	191	169	784
Outros	20		51	
Total	10.560	10.241	24.013	22.362

16. Processos judiciais

	31/12/2017	Atualização	Inclusão (Baixa)	31/12/2018
Trabalhista	5.764	4	1.844	7.612
	5.764	4	1.844	7.612

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e suas controladas apresentavam o montante de R\$ 7.612 (R\$ 5.764 em 31 de dezembro de 2017) referente a processo trabalhista na controlada indireta HB Miritituba, tendo como objeto da ação lucros cessantes, danos morais e honorários advocatícios.

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia e suas controladas, no consolidado, possui vinte e três processos trabalhistas avaliados como perda possível totalizando o valor de R\$4.363 (R\$ 4.930 em 31 de dezembro de 2017). Para os processos cíveis o montante envolvido não é relevante.

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia e suas controladas, possui depósitos judiciais referentes a recolhimento de PIS e COFINS de acordo com mandado de segurança, no valor de R\$ 5.343 (R\$5.230 em 31 de dezembro de 2017).

17. Partes relacionadas

Remuneração do pessoal-chave da Administração

Em 31 de dezembro de 2018, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a Diretoria Executiva e os Conselheiros, totalizou R\$ 18.623 (R\$ 14.661 em 31 de dezembro de 2017), sendo referente a salários e benefícios variáveis dos quais R\$18.323 referem-se a benefícios de empregados de curto prazo (R\$ 13.883 em 31 de dezembro de 2017) e R\$300 a previdência e benefícios de assistência médica (R\$ 596 em 31 de dezembro de 2017).

Os valores de partes relacionadas referem-se a transações sob condições especificas, definidas internamente pela companhia e sua controladas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Transações	entre	partes	relacionadas	envolvendo	acionistas	controladores,
entidades sob controle comum ou influência significativa:						

	Controladora					
	Ativo	s	Passivos			
	31/12/2018 31/12/2017		31/12/2018	31/12/2017		
Créditos com a controladora						
Girocantex (a)	3.085	3.636	(52)	(518)		
Hidrovias del Sur (b)	4.156	3.566	(248)	(298)		
Hidrovias do Norte (c)	7.200	134.483	15	(442)		
Intermediação (g)	780	189	(46)	-		
Hidrovias International Finance	200	-	-	-		
Subtotal	15.421	141.874	(331)	(1.258)		
Circulante	11.545	8.710	(331)	(1.258)		
Não circulante	3.876	133.164	-	-		
		Controladora				
	31/12	31/12/2017				
Garantias e depósito caução (d)		6.155	5.180			
Subtotal		6.155	5.180			

_	Consolidado					
_	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017		
Garantias e depósito caução (d)	6.155	5.180	-	-		
IFC Loan (e)	-	-	-	253.541		
BNDES (f)			549.482	670.266		
Subtotal	6.155	5.180	549.482	923.807		

	Controla	ndora	Consolidado		
	31/12/2018 31/12/2017		31/12/2018	31/12/2017	
Receitas (despesas):					
Girocantex	-	9.031	-	-	
Variação cambial sobre depósito caução (h)	(974)	(1.915)	(974)	(1.915)	
Variação cambial sobre mútuo	2.495		2.495		
Subtotal	1.521	7.116	1.521	(1.915)	
IFC Loan (b)	-	-	(5.824)	(21.803)	
BNDES (c)	=		(17.185)	(31.576)	
Subtotal	-	-	(23.009)	(53.379)	
Total	1.521	7.116	(21.488)	(55.294)	

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) Referem-se a gastos reembolsáveis com estruturação do financiamento para o Projeto Vale com a controlada indireta Girocantex, contratadas no Brasil.
- (b) Refere-se aos juros com empréstimos com a controlada indireta Girocantex.
- (c) Refere-se aos juros com empréstimos com a controlada indireta Hidrovias do Norte e mútuos entre as empresas.
- (d) Conforme mencionado na nota 8, referem-se a recursos financeiros concedidos para a Obrinel sem cobrança de juros, os quais serão liquidados após a comprovação de performance dos ativos e conclusão das instalações portuárias. Os resultados financeiros decorrentes de variação cambial são reconhecidos no resultado do período.
- (e) Refere-se a empréstimo adquirido pela controlada indireta Girocantex com o banco IFC para o projeto Vale (Nota 13).
- (f) Refere-se a empréstimo adquirido pelas controladas Cabotagem, HB Navegação Norte e HB Vila do Conde com o banco BNDES para o compra dos navios, e financiamento de projetos.
- (g) Refere-se a despesas operacionais com a controlada indireta Intermediação.
- (h) Variação cambial caução, projeto Obrinel e projeto Vale.

Existem receitas de operações comerciais entre empresas do grupo no montante de R\$ 182.354, as quais foram eliminadas no processo de consolidação.

18. Capital social

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social é de R\$1.283.401 (R\$1.398.239 em 31 de dezembro de 2017), representado por 748.610.665 (721.006.945 em 31 de dezembro de 2017) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

A composição acionária em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 está detalhada a seguir:

	31/12/2018		31/12/2017	
Acionistas	Ações ordinárias	%	Ações ordinárias	%
Patria Infraest. Fundo Invest.Part.Mult. P2 Brasil Infraestrutura Fundo de Investimentos	2.760.372	0,37	-	
em Participação	344.975.662	46,08	344.975.662	47,85
Sheares Investments B.V.	136.149.027	18,19	136.149.027	18,88
1505718 Alberta Ltd.	54.638.333	7,30	54.638.333	7,58
1505722 Alberta Ltd.	21.277.822	2,84	21.277.822	2,95
HBSA Co-Investimento - Fundo de Investimentos em Participações	69.923.967	9,34	60.723.647	8,42
BTO - Fundo de Investimento em Participações	69.923.967	9,34	60.723.647	8,42
BNDES Participações S.A. – BNDESPAR	27.982.688	3,74	24.300.352	3,37
International Finance Corporation (IFC)	20.978.827	2,80	18.218.455	2,53
Total	748.610.665	100	721.006.945	100

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Aumentos de capital – 2018 e 2017

Em 18 de dezembro de 2017, os acionistas aportaram R\$102.657, equivalentes a 28.523.845 ações ordinárias, substancialmente para a combinação de negócios relacionada a controlada Hidrovias do Brasil Cabotagem, parte registrado como capital R\$102.609 e parte como reserva de capital R\$48 (ágio na emissão de ações).

Em 20 de junho de 2018, os acionistas deliberam reduzir o capital social da Companhia no montante R\$ 203.102 sem o cancelamento ou redução do número de ações, para absorção de prejuízos acumulados.

Em 21 de novembro de 2018, os acionistas deliberaram pelo aumento do capital social da Companhia em R\$ 113.149, mediante a emissão de 27.603.720 novas ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal.

Reserva Legal

De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social.

Dividendos

Conforme o Estatuto Social, os acionistas têm direito a dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido, ajustado nos termos do inciso I do art. 202 da Lei 6.404/76.

Cálculo dos dividendos	31/12/2018
Lucro líquido do exercício	162.116
Constituição da reserva de incentivos fiscais	(18.212)
Constituição da reserva legal	(8.106)
Base dividendo mínimo – 1%	135.798
Dividendos mínimos obrigatórios	(1.358)

19. Resultado por ação

O resultado por ação básico foi calculado com base no resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e na respectiva quantidade média de ações ordinárias em circulação no período, conforme quadro a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro líquido do exercício	162.116	11.693
Média ponderada de ações	697.607	693.499
Lucro líquido do exercício por lote de mil ações	0,2324	0,0169

Embora em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia possua um programa de opções de compras de ações, as ações correspondentes ao serviço futuro foram estimadas em valores inferiores ao valor de exercício, desta forma, foi considerado antidilutivo, razão pela qual o resultado por ação diluído ser igual ao básico.

20. Programa de opção de compra de ações

Em 27 de julho de 2016, foram aprovados por meio de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia os termos do Plano de Outorga de Opções de Ações ("Plano"), que tem por objeto a outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia a administradores da Companhia e profissionais estratégicos, com o objetivo principal de atração e retenção desses profissionais. O Plano substituiu o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia originalmente aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 07 de dezembro de 2010.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Os participantes indicados, observadas as regras e condições definidas a cada programa, receberão a oferta da opção de compra de ações em número definido pelo Conselho de Administração, e cada opção de compra atribui ao seu titular o direito à aquisição de uma ação ordinária de emissão da Companhia, nos termos e nas condições do Plano e dos programas aprovados.

A Companhia reconheceu as opções de ações outorgadas como reserva de capital com contrapartida no resultado proporcionalmente às vigências dos contratos, registrando o montante acumulado de R\$9.135 (31 de dezembro de 2017 o montante acumulado de R\$8.150) registrando um aumento de R\$985 no exercício. Como determina o pronunciamento técnico CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações, o valor justo das opções foi determinado na data da outorga e está sendo reconhecido pelo exercício de aquisição do direito ("vesting period").

O valor justo das opções é estimado na data de concessão, com base no modelo "Black-Scholes" de precificação das opções que considera os prazos e as condições da concessão dos instrumentos.

Para cálculo da taxa livre de risco baseia-se na curva futura do "DI x Pré" da BMF&Bovespa.

Até o período findo em 31 de dezembro de 2018 nenhuma opção foi exercida.

Detalhes das opções outorgadas:

	Preço						
		Data limite para	exercício		Cancelada		Valor justo
Plano/Programa	"Vesting"	exercício	(em R\$) (*)	Outorgadas	/expiradas	Em aberto	(em R\$) (**)
2010/1 ^a	07/12/2011	07/12/2020	1,00	500.000	-	500.000	1,13
2010/1 ^a	07/12/2012	07/12/2020	1,00	500.000	-	500.000	1,27
2010/1ª	07/12/2013	07/12/2020	1,00	500.000	-	500.000	1,43
2010/1 ^a	07/12/2014	07/12/2020	1,00	500.000	-	500.000	1,61
		Total 1	Plano de 2010	2.000.000	-	2.000.000	
			Preço				
		Data limite para	exercício		Cancelada		Valor justo
Plano/Programa	"Vesting"	exercício	(em R\$) (*)	Outorgadas	/expiradas	Em aberto	(em R\$) (**)
2011/1 ^a	10/05/2012	10/05/2021	1,00	25.000	-	25.000	1,17
2011/1 ^a	10/05/2013	10/05/2021	1,00	25.000	-	25.000	1,31
2011/1 ^a	10/05/2014	10/05/2021	1,00	25.000	-	25.000	1,47
2011/1 ^a	10/05/2015	10/05/2021	1,00	25.000	-	25.000	1,65
		Total 1	Plano de 2011	100.000	-	100.000	
			Preço				
		Data limite para	exercício		Cancelada		Valor justo
Plano/Programa	"Vesting"	exercício	(em R\$) (*)	Outorgadas	/expiradas	Em aberto	(em R\$) (**)
2012/1 ^a	26/05/2013	25/05/2022	1,14	338.750	(125.000)	213.750	1,37
2012/1ª	26/05/2014	25/05/2022	1,14	338.750	(125.000)	213.750	1,54
2012/1 ^a	26/05/2015	25/05/2022	1,14	338.750	(125.000)	213.750	1,73
2012/1 ^a	26/05/2016	25/05/2022	1,14	338.750	(157.500)	181.250	1,93
2012/2 ^a	10/08/2013	25/05/2022	1,28	100.000	-	100.000	1,56
2012/2ª	10/08/2014	25/05/2022	1,28	100.000	-	100.000	1,75
2012/2ª	10/08/2015	25/05/2022	1,28	100.000	-	100.000	1,98
2012/2ª	10/08/2016	25/05/2022	1,28	100.000	-	100.000	2,23
		Total 1	Plano de 2012	1.755.000	(532.500)	1.222.500	

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Plano/Programa	"Vesting"	Data limite para exercício	Preço exercício (em R\$) (*)	Outorgadas	Cancelada /expiradas	Em aberto	Valor justo (em R\$) (**)
2013/1ª	31/03/2014	26/02/2023	1,41	275.234	(30.090)	245.144	1,77
2013/1ª	31/03/2015	26/02/2023	1,41	275.234	(30.090)	245.144	2,01
2013/1ª	31/03/2016	26/02/2023	1,41	275.233	(35.400)	239.833	2,25
2013/1ª	31/03/2017	26/02/2023	1,41	275.233	(65.490)	209.743	2,54
		Total Plano de 2013		1.100.934	(161.070)	939.864	
			Preço				
		Data limite para	exercício		Cancelada		Valor justo
Plano/Programa	"Vesting"	exercício	(em R\$) (*)	Outorgadas	/expiradas	Em aberto	(em R\$) (**)
2014/1ª	31/03/2015	31/03/2024	1,68	555.750	-	555.750	2,20
2014/1ª	31/03/2016	31/03/2024	1,68	555.750	(4.500)	551.250	2,47
2014/1ª	31/03/2017	31/03/2024	1,68	555.750	(58.500)	497.250	2,80
2014/1 ^a	31/03/2018	31/03/2024	1,68	555.750	(58.500)	497.250	3,15
		Total l	Plano de 2014	2.223.000	(121.500)	2.101.500	
Plano/Programa	"Vesting"	Data limite para exercício	Preço exercício (em R\$) (*)	Outorgadas	Cancelada /expiradas	Em aberto	Valor justo (em R\$) (**)
Plano/Programa 2016 A/1 ^a	"Vesting" 27/07/2016		exercício	Outorgadas 891.778		Em aberto 889.286	
		exercício	exercício (em R\$) (*)		/expiradas		(em R\$) (**)
2016 A/1ª	27/07/2016	exercício 31/03/2024	exercício (em R\$) (*) 3,64	891.778	/expiradas (2.492)	889.286	(em R\$) (**) 0,00
2016 A/1 ^a 2016 A/1 ^a	27/07/2016 31/03/2017	exercício 31/03/2024 31/03/2024	exercício (em R\$) (*) 3,64 3,64	891.778 891.778	/expiradas (2.492) (81.129)	889.286 810.649	(em R\$) (**) 0,00 0,93
2016 A/1 ^a 2016 A/1 ^a 2016 A/1 ^a	27/07/2016 31/03/2017 31/03/2018	exercício 31/03/2024 31/03/2024 31/03/2024 31/03/2024	exercício (em R\$) (*) 3,64 3,64 3,64	891.778 891.778 891.779	/expiradas (2.492) (81.129) (81.124)	889.286 810.649 810.655	(em R\$) (**) 0,00 0,93 1,06
2016 A/1 ^a 2016 A/1 ^a 2016 A/1 ^a	27/07/2016 31/03/2017 31/03/2018	exercício 31/03/2024 31/03/2024 31/03/2024 31/03/2024	exercício (em R\$) (*) 3,64 3,64 3,64 3,64	891.778 891.778 891.779 891.779	/expiradas (2.492) (81.129) (81.124) (87.325)	889.286 810.649 810.655 804.454	(em R\$) (**) 0,00 0,93 1,06
2016 A/1 ^a 2016 A/1 ^a 2016 A/1 ^a 2016 A/1 ^a	27/07/2016 31/03/2017 31/03/2018 31/03/2019	exercício 31/03/2024 31/03/2024 31/03/2024 31/03/2024 Total Pla	exercício (em R\$) (*) 3,64 3,64 3,64 3,64 ano de 2016 A	891.778 891.778 891.779 891.779 3.567.114	/expiradas (2.492) (81.129) (81.124) (87.325) (252.070) Cancelada	889.286 810.649 810.655 804.454 3.315.044	(em R\$) (**) 0,00 0,93 1,06 1,14 Valor justo
2016 A/1 ^a	27/07/2016 31/03/2017 31/03/2018 31/03/2019 "Vesting"	exercício 31/03/2024 31/03/2024 31/03/2024 31/03/2024 Total Pla Data limite para exercício	exercício (em R\$) (*) 3,64 3,64 3,64 3,64 ano de 2016 A Preço exercício (em R\$) (*)	891.778 891.778 891.779 891.779 3.567.114	/expiradas (2.492) (81.129) (81.124) (87.325) (252.070) Cancelada /expiradas	889.286 810.649 810.655 804.454 3.315.044	(em R\$) (**) 0,00 0,93 1,06 1,14 Valor justo (em R\$) (**)
2016 A/1 ^a	27/07/2016 31/03/2017 31/03/2018 31/03/2019 "Vesting" 31/03/2017	exercício 31/03/2024 31/03/2024 31/03/2024 31/03/2024 Total Pla Data limite para exercício 31/03/2024	exercício (em R\$) (*) 3,64 3,64 3,64 3,64 ano de 2016 A Preço exercício (em R\$) (*) 3,48	891.778 891.778 891.779 891.779 3.567.114 Outorgadas 731.105	/expiradas (2.492) (81.129) (81.124) (87.325) (252.070) Cancelada /expiradas (66.460)	889.286 810.649 810.655 804.454 3.315.044 Em aberto 664.645	(em R\$) (**) 0,00 0,93 1,06 1,14 Valor justo (em R\$) (**) 1,06
2016 A/1 ^a Plano/Programa 2016 B/1 ^a 2016 B/1 ^a	27/07/2016 31/03/2017 31/03/2018 31/03/2019 "Vesting" 31/03/2017 31/03/2018	exercício 31/03/2024 31/03/2024 31/03/2024 31/03/2024 Total Pla Data limite para exercício 31/03/2024 31/03/2024	exercício (em R\$) (*) 3,64 3,64 3,64 3,64 ano de 2016 A Preço exercício (em R\$) (*) 3,48 3,48	891.778 891.778 891.779 891.779 3.567.114 Outorgadas 731.105	(2.492) (81.129) (81.124) (87.325) (252.070) Cancelada /expiradas (66.460) (66.448)	889.286 810.649 810.655 804.454 3.315.044 Em aberto 664.645 664.657	(em R\$) (**) 0,00 0,93 1,06 1,14 Valor justo (em R\$) (**) 1,06 1,17

^(*) Valor de exercício na data da outorga. O preço do exercício é corrigido pelo IPCA acrescido de 7% ao ano.

21. Compromissos e garantias

Como parte da estratégia de negócios, celebramos contratos de longo prazo com os nossos clientes com requisitos mínimos de volume e taxas fixas de frete. A execução de novo contrato a longo prazo com clientes tende a ter efeito positivo significativo em nossa receita líquida enquanto a perda de um contrato material existente teria o efeito oposto.

A Companhia e suas controladas possuem contratos de longo prazo com os seguintes clientes:

1. VALE, no Corredor Sul, com validade de 25 anos a partir de março de 2014.

^(**) Valor justo na data da outorga.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- 2. SODRU, no Corredor Sul, com validade de 8 anos a partir de fevereiro de 2014 e um adendo de contrato mantendo o mesmo propósito do contrato vigente, com validade de 10 anos a partir de fevereiro de 2017.
- 3. COFCO, no Corredor Sul e Norte, com validade de 5 anos a partir de agosto de 2014 e com validade de 10 anos a partir de 2016 (estendido para 2031), respectivamente.
- 4. NOBLE, no Corredor Norte, com validade de 10 anos a partir de 2016.
- 5. ALLUNORTE, no Corredor Norte, com validade de 25 anos a partir de 2010.

A partir de março de 2016, a controlada indireta HB Navegação Norte firmou contratos de arrendamento operacional dos empurradores Don Antonio de propriedade da controlada indireta Pricolpar S.A. e Draco da controlada indireta Cikelsol S.A., por 36 meses (2019).

Em novembro de 2016, a controlada indireta HB Navegação Norte firmou contratos de arrendamento operacional dos empurradores HB Hydra e HB Aquarius de propriedade da controlada indireta Girocantex S.A., por 12 meses (2017), renovado em agosto de 2017 com vigência até setembro de 2018, e renovado em setembro de 2018 com vigência até dezembro de 2019.

A empresa e suas controladas possuem fianças referentes a garantias junto a órgãos reguladores, manutenção e docagem de alguns ativos e para outras atividades operacionais registradas em instituições financeiras que a empresa e suas controladas possuem relacionamento.

22. Receita operacional

	Consolidado		
	31/12/2018	31/12/2017	
Corredor Sul:			
Serviços de transporte	323.024	307.444	
Corredor Norte:			
Serviços de elevação	138.948	113.946	
Serviços de transbordo	54.674	60.413	
Serviços de transporte	279.422	186.146	
Serviços de intermediação	38.153	16.562	
Serviços de cabotagem	173.951	147.708	
Distrato Multigrain (i)	306.287	-	
Hedge accounting	(10.984)		
Subtotal	980.451	524.775	
Total da receita bruta	1.303.475	832.219	
ISS	(9.305)	(9.288)	
PIS	(5.868)	(4.752)	
COFINS	(26.995)	(19.468)	
ICMS	(3.177)	(8.139)	
Subtotal dos impostos	(45.345)	(41.647)	
Total da receita líquida	1.258.130	790.572	

Parte substancial da receita está concentrada em 4 clientes com contratos de longo prazo.

Os valores de receita apresentados acima contemplam R\$ 227.160 referentes a receita de "take or pay".

(i) No segundo trimestre de 2018, por meio dos distratos, a Multigrain, pagou às subsidiárias da Companhia o valor consolidado de R\$306.287 a título de rescisão antecipada prevista no contrato de prestação de serviços

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

realizados para construção das instalações portuárias e aquisição dos ativos de navegação para viabilizar o corredor logístico denominado "Arco Norte".

23. Custos e despesas

	Controladora		Consol	idado
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Salários, encargos e benefícios Depreciações e amortizações	(29.082) (4.867)	(31.474) (4.037)	(134.861) (155.068)	(127.899) (131.364)
Manutenção	(32)	(11)	(30.368)	(23.330)
Seguros	(135)	(52)	(20.967)	(14.641)
Combustível	-	` -	(87.717)	(78.447)
Serviços de terceiros	(18.196)	(13.460)	(23.828)	(36.892)
Aluguéis	(1.578)	(1.296)	(24.517)	(14.273)
Fretes	-	(50)	(108.440)	(1.515)
Viagens e passagens	(2.890)	(1.264)	(7.768)	(6.446)
Amarradeiro	-	-	(16.436)	(14.158)
Copa e cozinha	(53)	(31)	(7.262)	(6.221)
Agenciadores	(0)	-	(18.178)	(29.936)
Operacionais e segurança	(1)	-	(15.552)	(12.167)
Taxas diversas	(410)	(346)	(3.832)	(3.598)
Materiais operacionais	-	-	-	(7.492)
Renovação de bandeira	-	-	-	(2.223)
Processos judiciais	-	-	-	(5.764)
Outras (despesas) receitas	(2.452)	9.031	(37.566)	(13.670)
Subvenção governamental	_	-	13.775	<u> </u>
Total	(59.696)	(42.990)	(678.585)	(530.036)
Classificados como:				
Custos dos serviços prestados	-	-	(634.551)	(451.931)
Gerais e administrativas	(59.847)	(52.021)	(79.924)	(78.105)
Outras (despesas) receitas	151	9.031	35.890	=
Total	(59.696)	(42.990)	(678.585)	(530.036)

24. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Receitas:				
Rendas de aplicações financeiras	4.088	7.528	19.431	11.706
(-) Pis e Cofins s/ Receita Financeira	(191)	(515)	(635)	(796)
Atualizações monetárias e cambiais	2.641	7.570	40.102	60.100
Ganhos com investimentos (c)	-	-	4.266	_
Outras	64	904	4.784	952
Total	6.602	15.487	67.948	71.962
Despesas:				
Juros s/ empréstimos	(2.847)	(9.689)	(168.268)	(162.368)
Mora	-	-	(1.125)	(14.083)
Multa financeira (a)	-	-	-	(10.585)
Custo de captação (b)	-	-	(30.426)	_
Atualizações monetárias e cambiais	(5.030)	(7.096)	(162.222)	(68.893)
"Hedge" de fluxo de caixa	-	-	(26.656)	(14.370)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(765)	(3.910)	(1.369)	(7.378)
Multa e FEE s/ empréstimos	(11)	-	(56.506)	-
Juros s/ fornecedores	-	-	(6.448)	-
Outras	(1.880)	(2.337)	(1.975)	(9.295)
	(10.533)	(23.032)	(454.995)	(286.972)
Resultado financeiro líquido	(3.931)	(7.545)	(387.047)	(215.010)

(a) Valores envolvidos no pré-pagamento das dívidas da Companhia e suas controladas, somando multas por antecipação, custos financeiros de antecipação, taxas de anuência dos bancos, baixa do hedge classificado

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

no patrimônio líquido e outros custos eventuais a operação de liquidação da dívida.

- (b) Reversão do custo de captação da dívida da Girocantex.
- (c) Ganho no investimento referente ao FIDIC vide nota explicativa 5.1.

25. Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro compreende, no Brasil, o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 mil, no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Lucro/Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL	160.760	23.679	182.736	34.222
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL à alíquota nominal	(54.658)	(8.051)	(62.130)	(11.635)
Ajustes Permanentes:				
Equivalência patrimonial	76.479	(25.233)	3.391	(3.843)
Lucros no exterior	(11.210)	(30.098)	(11.210)	(30.098)
Outros	(19)	(3.042)	(18)	(3.906)
Outros Ajustes:				
Subvenção governamental	-	_	9.120	-
Crédito de imposto de renda oriundo de anos anteriores registrados em 2018	1.356	-	10.303	-
Compensação de prejuízos fiscais de anos anteriores no exercício de 2018	-	-	6.593	-
Reconhecimento de impostos diferidos e prejuízos fiscais não contabilizados anteriormente	-	-	(2.500)	-
Impostos diferidos s/ diferenças temporárias e prejuízos fiscais não reconhecidos	(9.530)	54.438	(10.394)	26.953
Diferença s/ alíquota na mensuração de impostos diferidos	-	-	31.189	-
Programa de alimentação do trabalhador	_	_	314	_
Outros	(1.062)		4.722	
Imposto de Renda e Contribuição Social	1.356	(11.986)	(20.620)	(22.529)
Impostos Correntes	1.356	(11.986)	(11.700)	(23.172)
Impostos Corientes Impostos Diferidos	1.550	(11.200)	(8.920)	643
impostos Diendos	1.356	(11.986)	(20.620)	(22.529)
Alíquota Efetiva	-1%	51%	11%	66%

Em 2018 a Companhia ingressou com o Incentivo Fiscal da SUDAM, que proporciona a redução de 75% de IRPJ através do Lucro da Exploração, e tal benefício fiscal fora utilizado na empresa Hidrovias do Brasil – Vila do Conde S.A ao qual apresentou Lucro Tributável em dezembro de 2018.

O Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Os encargos de IRPJ e CSLL correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia e suas controladas nas declarações de imposto de renda, com relação às situações em que a regulamentação fiscal abre margem para interpretações. A Companhia e suas controladas estabelecem provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante, de acordo com a previsão de realização.

A Companhia e suas controladas acreditam que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação ao período objeto desta demonstração financeira, em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram reconhecidos em 2018 sobre os saldos acumulados de diferenças temporárias, até 31 de dezembro de 2018 para as empresas Hidrovias do Brasil – Vila do Conde S.A, Hidrovias do Brasil - Mavegação Norte S.A e Hidrovias do Brasil - Cabotagem Ltda, e Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa de CSLL apenas para "Vila do Conde" e "Cabotagem" sendo estas controladas desta Companhia.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são mensurados pelas diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL, à alíquota de 6,25% de IRPJ (redução de 75%) e 9% de CSLL totalizando uma alíquota nominal de 15,25%, baseando-se no lucro da exploração que é um incentivo fiscal da SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, pleiteados pelas empresas Hidrovias do Brasil – Vila do Conde S.A e Hidrovias do Brasil - Miritituba S.A, para a empresa Hidrovias do Brasil - Cabotagem Ltda é reconhecido à alíquota de 25% de IRPJ e 9% de CSLL totalizando 34%, alinhado com a legislação vigente.

Parte dos Impostos Diferidos, no montante de R\$38.687, não foram reconhecidos no resultado pois a sociedade possui instrumento financeiro não derivativo, pela qual a parcela correspondente do IRPJ e CSLL diferidos são contabilizadas em Outros Resultados Abrangentes, no Patrimônio Líquido.

Para as demais empresas do grupo, a Companhia entende que aquelas que estão apresentando Prejuízos Fiscais e Bases de Cálculo Negativas de CSLL, bem como os ajustes temporários e, ainda não possuem histórico de lucro tributável, não foram reconhecidos o IRPJ e a CSLL diferidos, no montante de R\$ 10.394.

Ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório, sendo reduzidos conforme sua respectiva compensação ou caso sua realização não seja mais provável.

	Consolidado				
	31/12/2018				
	Valor Líquido	Ativo Fiscal Diferido	Passivo Fiscal Diferido		
Provisão bônus	739	739	-		
Provisão fornecedores	264	264	-		
Provisão combustível	1	1	-		
Outras provisões	968	968	-		
Outras provisões operacionais	1.039	1.039	-		
Contingências trabalhistas	1.150	1.150	-		
Prejuízo fiscal	10.584	10.584	-		
Variação cambial	60.732	60.732	-		
Dano patrimonial - Multigrain	(45.710)	-	(45.710)		
Impostos ativos (passivos) antes da					
compensação	29.767	75.477	(45.710)		
Compensação de imposto	-	(37.787)	37.787		

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Saldos líquidos apresentados no ativo/passivo 37.690 (7.923)

A movimentação do saldo líquido de IRPJ e CSLL diferidos está apresentada a seguir:

	Consolidado
	31/12/2018
Saldo Inicial	-
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos no	
resultado do exercício	(8.920)
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos em	
outros resultados abrangentes	38.687
Saldo Final	29.767

A Companhia e suas controladas estimam realizar os saldos de ativos fiscais diferidos, conforme os períodos abaixo demonstrados, sendo do 1º ao 5º ano serão realizadas as provisões e prejuízos fiscais e, do 5º a 7º ano além dos mencionados anteriormente, serão realizados os saldos de variação cambial oriunda do empréstimo que será liquidado neste período, conforme abaixo demonstrado:

	Consolidado
Até 1 ano	5.673
De 1 a 2 anos	1.512
De 2 a 3 anos	1.512
De 3 a 5 anos	3.024
De 5 a 7 anos	63.756
Total do ativo fiscal diferido de IRPJ e CSLL	75.477

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

26. Instrumentos financeiros

26.1. Instrumentos financeiros por categoria

Todas as operações com instrumentos financeiros e derivativos estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas, os valores justos estimados dos instrumentos são os mesmos dos valores contabilizados, conforme segue:

		Controladora		Consol	lidado
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Ativos Valor justo por meio do resultado:					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	8.823	372	135.667	83.868
Títulos e valores mobiliários	Nível 2	137.904	79.302	953.036	105.222
Custo amortizado					
Aplicações financeiras vinculadas	Nível 2	-	-	13.836	186.119
Garantia e depósito caução	Nível 2	303	5.483	303	5.483
Contas a receber	Nível 2	-	-	130.919	76.881
Créditos com partes relacionadas	Nível 2	15.421	141.874	-	-
Passivos					
Passivo pelo custo amortizado:					
Fornecedores	Nível 2	4.530	3.139	77.782	46.837
Risco sacado a pagar Contas a pagar com partes	Nível 2	-	-	-	67.054
relacionadas	Nível 2	331	1.258	-	-
Empréstimos e financiamentos Valor justo por meio do resultado	Nível 2	16.138	92.522	2.941.146	2.135.022
Instrumentos financeiros	Nível 2	-	-	-	32.902
Outras contas a pagar	Nível 2	3.260	18.968	12.375	22.318

26.2. Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado

Os instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas, com exceção dos derivativos, são classificados como valor justo por meio do resultado e por custo amortizado, o passivo pelo custo amortizado, e são substancialmente remunerados por taxas de mercado. Os valores justos desses instrumentos financeiros aproximam-se dos valores contábeis em 31 de dezembro de 2018.

26.3. Instrumentos financeiros derivativos e não derivativos

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando à previsibilidade das operações e à minimização de eventuais descasamentos que possam trazer volatilidades adicionais às já contempladas no Plano de Negócios da Companhia e suas controladas. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam operações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco.

A contratação de instrumentos financeiros é utilizada conforme definido em política interna, aprovada pela Diretoria, somente para proteção de eventuais descasamentos de taxas de câmbio e taxa de juros, sem nenhum componente de alavancagem ou de especulação, uma vez que os derivativos contratados pelas controladas possuem prazos alinhados com as respectivas obrigações (dívidas ou fluxos de pagamentos em moeda estrangeira) protegidas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Derivativos não designados para hedge accounting - Consolidado

Os instrumentos de proteção contratados para as dívidas de financiamento de projetos são "swaps" convencionais de "Libor 6M" para taxa fixa com o intuito de fixar os juros incorridos no fluxo de pagamento de dívidas que originalmente foram contratadas com uma taxa pós-fixada, sem nenhum componente de alavancagem ou de especulação, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. E, portanto, proteger o fluxo de pagamentos de principal e juros (objetos de proteção).

			Valor				
			nacional		Exposição	Exposição	
	Negociação	Liquidação	(US\$)	Índice	2018 (R\$)	2017 (R\$)	Taxa
Sumitomo Mitsui Banking							
Corporation New York	09/10/2013	23/03/2018	66.018	Libor	-	(10.908)	1,78%
Banco Santander Cayman	09/10/2013	23/03/2018	66.018	Libor	_	(11.115)	1,78%
Banco Itaú BBA S.A.							
Nassau Branch	09/10/2013	23/03/2018	66.018	Libor	-	(10.879)	1,78%
						(32.902)	

O valor justo referente aos saldos desses instrumentos está apresentado abaixo:

	Consolidado		
	31/12/2018	31/12/2017	
Sumitomo Mitsui Banking Corporation New York	-	(10.908)	
Banco Santander Cayman	-	(11.115)	
Banco Itaú BBA S.A. Nassau Branch	<u> </u>	(10.879)	
Total		(32.902)	
Circulante	-	(10.248)	
Não circulante	-	(22.654)	

Em 31 de dezembro de 2018, como resultado das operações descritas acima, as controladas possuem um saldo passivo de R\$0,00 (R\$32.902 em 31 de dezembro de 2017) devido ao pagamento das dívidas e liquidação dos instrumentos financeiros em 23 de março de 2018.

Movimentação dos derivativos (*)

	Consolidado		
	31/12/2018	31/12/2017	
Saldo inicial	32.902	44.396	
Efeito reconhecido no resultado por pagamento de hedge	(7.600)	(14.370)	
Ajustes de conversão	-	2.876	
Liquidação de derivativos	(25.302)	-	
Saldo final		32.902	

^(*) Em razão do pagamento da dívida no primeiro trimestre, a movimentação refere-se exclusivamente a este período, não havendo alterações para o segundo trimestre.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

26.4. Gerenciamento de riscos

Gerenciamento de risco financeiro

Visão geral

Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas e taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros utilizados pela Companhia e suas controladas. Esses riscos são administrados por meio de acompanhamento da Administração, que atua ativamente na gestão operacional.

A Companhia e suas controladas tem como prática gerir os riscos existentes de forma conservadora, essa prática tem como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios. Os principais riscos financeiros considerados pela gestão da Alta Administração são:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de taxas de câmbio
- Atividade de Hedge
- Risco de taxa de juros

A seguir apresentamos informações sobre a exposição da Companhia e suas controladas a cada um desses riscos, os objetivos, as práticas e os processos para mensuração e gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital.

Estrutura de gerenciamento de risco

Risco de crédito

É o risco de a Companhia e suas controladas sofrerem prejuízo financeiro caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis originados, em sua grande maioria, por clientes recorrentes e por aplicações financeiras.

De forma geral, o direcionamento dos negócios é tratado em reuniões de comitê para tomadas de decisão. Há acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, visando manter os resultados esperados.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros que representam exposição máxima ao risco de crédito nas datas das demonstrações financeiras são:

	Contro	oladora	Consolidado		
Risco de Crédito	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	
Caixa e equivalentes de caixa	8.823	372	135.667	83.868	
Contas a receber	-	-	130.919	76.881	
Títulos e valores mobiliários	137.904	79.302	953.036	105.222	
Aplicações financeiras vinculadas	=	-	13.836	186.119	
Créditos com partes relacionadas	15.421	141.874	-	-	
Garantia e depósito caução	303	5.483	303	5.483	

Risco de liquidez

É o risco de que a Companhia e suas controladas possam eventualmente encontrar dificuldades em cumprir obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A abordagem no gerenciamento do risco de liquidez é garantir o pagamento das obrigações, motivo pelo qual há o objetivo de manter disponibilidade em caixa para cumprimento das obrigações de curto prazo, fazendo o possível para que sempre haja liquidez suficiente para cumprir as obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou o risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

A Companhia e suas controladas trabalham alinhando disponibilidade e geração de recursos a fim de cumprir suas obrigações nos prazos acordados.

O vencimento baseia-se na data mais recente em que a Companhia e suas controladas possuem as respectivas obrigações:

	Consolidado						
	31/12/2018						
Risco de Liquidez	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante			
Fornecedores (Nota 12)	77.782	-	-	-			
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	195.283	336.140	336.140	4.705.965			

Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia e por suas controladas. As transações que sofre oscilação são a parcela do Bond destinada a operação do corredor norte e da HB Cabotagem.

A Administração analisa e acompanha as suas exposições para a tomada de decisão na contratação de instrumentos de proteção das respectivas exposições em moeda estrangeira. Os instrumentos de proteção utilizados para gerenciar as exposições são estabelecidos pela Administração, compartilhadas e aprovadas pelo Conselho de Administração, de forma que esses instrumentos não sejam de caráter especulativo nem possam eventualmente gerar algum risco adicional àqueles inerentes aos propósitos a que originalmente se propõem.

Conforme determinado pelo IFRS 9 (equivalente ao CPC 48), o objetivo da contabilização de hedge é representar nas demonstrações financeiras, o efeito das atividades de gerenciamento de risco da entidade que utiliza instrumentos financeiros para gerenciar exposições resultantes de riscos específicos que poderiam afetar o resultado. Essa abordagem destina-se a transmitir o contexto de instrumentos de hedge para os quais deve ser aplicada a contabilização de hedge para permitir a compreensão de seus fins e efeitos.

Hedge Accounting Bond

• Estruturação da operação de Hedge accounting

Para estruturar a operação, a Companhia definiu como risco a ser protegido, a variação cambial de parte de suas receitas futuras provenientes de um contrato de fretamento marítimo na modalidade Take or Pay, fixado em dólar norte-americano, originado por sua controlada indireta Girocantex.

A Companhia também está exposta a variação cambial decorrente da emissão de Bonds no valor de US\$ 600.000 com remuneração semestral de 5,95% a.a. e prazo de vencimento de 7 anos, através de sua controlada direta Hidrovias Internacional.

Tanto as receitas em moeda estrangeira quanto as dívidas decorrentes da emissão dos Bonds estão expostas a risco de mesma natureza, e desta forma, o risco cambial das receitas futuras estariam naturalmente cobertos pelo risco cambial das dívidas. No entanto, apesar da cobertura econômica do risco de variação cambial, o resultado da Companhia é impactado pelo descasamento temporal entre o reconhecimento contábil da receita e da dívida. Dessa forma, a Companhia utilizará parte do valor do principal do Bond emitido em USD como um instrumento de hedge para proteção de parte de sua receita futura em USD, altamente provável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Objetivo e estratégia da gestão de risco

As receitas futuras previstas e altamente prováveis, provenientes da operação de Take or Pay da Girocantex expõe a Companhia a riscos de mercado que envolvem flutuações na taxa de câmbio Real (BRL) contra Dólar norteamericano (USD), uma vez que a moeda funcional da Companhia é o Real (BRL).

A Política de Gestão de Riscos Financeiros, permite a estruturação de hedge accounting, com a utilização de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos com o objetivo de minimizar os efeitos das oscilações do USD no resultado da Companhia.

Com o objetivo de atender a Estratégia de Risco, a Administração decidiu designar como instrumento de hedge, parte do valor do principal da dívida em moeda estrangeira (Bond) com o objetivo de se proteger contraparte das variações cambiais em USD provenientes de seu contrato de Take or Pay na Girocantex.

Relação de hedge

A Companhia adotará o hedge de fluxo de caixa, conforme definido no IFRS 9 tendo como natureza do risco protegido a variação cambial.

Natureza do risco protegido

Risco da variação de moeda estrangeira: variabilidade das taxas de câmbio das receitas previstas em dólar norteamericano, referente ao contrato de Take or Pay junto a Vale do Rio Doce.

• Identificação do objeto (item) de hedge

Risco de variação cambial de parte das receitas previstas em moeda estrangeira (mínimos 25% da receita trimestral), referente ao contrato de Take or Pay junto a Vale do Rio Doce, por um período de 7 anos com início em 02 de maio de 2018.

• Identificação do instrumento de hedge

O instrumento de hedge, é uma parte do valor principal do Bond emitido, com as seguintes características:

Tipo	Bond
Data início contrato	24/01/2018
Data de vencimento	24/01/2025
Montante designado em USD	244.520.320
Paridade Inicial USD x REAIS	3,5424
Data Início do hedge	02/05/2018

• Efetividade da relação de hedge

Efetividade do hedge é medida com base nas alterações no valor justo ou nos fluxos de caixa do instrumento de hedge que compensam as alterações no valor justo ou fluxos de caixa do item protegido. A não efetividade de hedge dar-se-á na medida em que as alterações no valor justo ou os fluxos de caixa do instrumento de hedge são maiores ou menores do que aquelas do item protegido.

Para se qualificar para contabilidade de hedge, os seguintes requisitos de efetividade devem ser atendidos:

O requisito para que exista relação econômica significa que o instrumento de hedge e o item protegido possuem valores que geralmente movem-se em direções opostas devido ao mesmo risco, que é o risco protegido.

O instrumento de hedge e o item protegido possuem valores que se movem em direções opostas. O aumento da taxa de câmbio gera uma valorização no reconhecimento da receita no resultado, sendo esta reconhecida no momento da entrega do produto transportado em seu destino. Nessa mesma direção, o aumento da taxa de câmbio

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

acarreta no aumento da dívida representado pelo Bond, gerando uma despesa no resultado. Da mesma forma que uma diminuição da taxa de câmbio gera um movimento oposto entre instrumento de hedge e item protegido. Esses movimentos acontecem em momentos distintos, visto que a dívida é um item reconhecido no balanço e a receita até a data de seu reconhecimento, é um item fora do balanço. Com o benefício da contabilidade de hedge, a variação cambial da dívida será reconhecida em outros resultados abrangentes, em reserva de hedge de fluxo de caixa e será reclassificada como ajuste de reclassificação no mesmo período ou períodos durante os quais os fluxos de caixa futuros esperados protegidos afetam o resultado, ou seja, no reconhecimento efetivo da receita.

Hedge Accounting Cabotagem

Estruturação da operação de Hedge accounting

Para estruturar a operação, a Empresa definiu como risco a ser protegido, a variação cambial de parte de suas receitas futuras provenientes de um contrato de prestação de serviços, fixado em dólar norte-americano, junto a Alunorte.

A Companhia também está exposta a variação cambial decorrente de empréstimos em moeda estrangeira no valor de US\$ 148.200 com prazo de vencimento de 15 anos.

Tanto as receitas em moeda estrangeira quanto as dívidas estão expostas a riscos de mesma natureza, e desta forma, o risco cambial das receitas futuras estariam naturalmente cobertos pelo risco cambial das dívidas. No entanto, apesar da cobertura econômica do risco de variação cambial, o resultado da Companhia é impactado pelo descasamento temporal entre o reconhecimento contábil da receita e da dívida. Dessa forma, a Companhia utilizará o valor do principal do empréstimo em USD como um instrumento de hedge para proteção de parte de sua receita futura em USD, altamente provável.

• Estratégia de gerenciamento de risco

A HB cabotagem tem como estratégia proteger uma porção de sua receita prevista em moeda estrangeira dos riscos de flutuação de câmbio.

• Objetivos de gerenciamento de risco

A HB Cabotagem tem como objetivo proteger o risco de variação cambial de no mínimo 6% do fluxo de recebimento, proveniente do contrato de prestação de serviço junto a Alunorte. Os fluxos de recebimento protegidos têm início em 02 de abril de 2018, e previsão de termino em fevereiro de 2033.

A empresa utilizará o valor principal do empréstimo em moeda estrangeira, contraído junto ao BNDES como instrumento de proteção das receitas previstas.

O instrumento de hedge, é o valor principal da dívida em moeda estrangeira contraída junto ao BNDES, com as seguintes características:

Tipo	Dívida em moeda estrangeira (*)
Data início contrato	23/12/2016
Data de vencimento	15/03/2033
Montante USD	142.807.564
Paridade Inicial USD x REAIS	3,3104
Data Início do hedge	02/04/2018

(*) contratada junto ao BNDES

Efetividade da relação de hedge

Efetividade do hedge é medida com base nas alterações no valor justo ou nos fluxos de caixa do instrumento de hedge que compensam as alterações no valor justo ou fluxos de caixa do item protegido. A não efetividade de hedge dar-se-á na medida em que as alterações no valor justo ou os fluxos de caixa do instrumento de hedge são maiores ou menores do que aquelas do item protegido.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Para se qualificar para contabilidade de hedge, os seguintes requisitos de efetividade devem ser atendidos:

O requisito para que exista relação econômica significa que o instrumento de hedge e o item protegido possuem valores que geralmente movem-se em direções opostas devido ao mesmo risco, que é o risco protegido.

O instrumento de hedge e o item protegido possuem valores que se movem em direções opostas. O aumento da taxa de câmbio gera uma valorização no reconhecimento da receita no resultado, sendo esta reconhecida no momento da entrega do produto transportado em seu destino. Nessa mesma direção, o aumento da taxa de câmbio acarreta no aumento da dívida representado pelo empréstimo, gerando uma despesa no resultado. Da mesma forma que uma diminuição da taxa de câmbio gera um movimento oposto entre instrumento de hedge e item protegido. Esses movimentos acontecem em momentos distintos, visto que a dívida é um item reconhecido no balanço e a receita até a data de seu reconhecimento, é um item fora do balanço. Com o benefício da contabilidade de hedge, a variação cambial da dívida será reconhecida em outros resultados abrangentes, em reserva de hedge de fluxo de caixa e será reclassificada como ajuste de reclassificação no mesmo período ou períodos durante os quais os fluxos de caixa futuros esperados protegidos afetam o resultado, ou seja, no reconhecimento efetivo da receita.

Hedge Accounting Bond

Objeto de hedge	Risco Protegido	Período de Proteção	Valor Principal em US\$	Valor do Instrumento de Proteção	
Variação cambial de parte de suas receitas futuras	Taxa Câmbio Reais - USD	02/05/2018 a 02/05/2025	244.520.320	244.520.320	
		Expectativa de re	ealização		
2018	2019	2020	2021	2022 a 2025	Total
24.150.155	36.225.233	36.225.233	36.225.233	111.694.467	244.520.3

Hedge Accounting Cabotagem

Objeto de hedge	Risco Protegido	Período de Proteção	Valor Principal em US\$	Valor do Instrumento de Proteção	_
Variação cambial de parte de suas receitas futuras	Taxa Câmbio Reais - USD	02/04/2018 a 02/2033	142.807.564	142.807.564	_
		Expectativa de re	ealização		
2018	2019	2020	2021	2022 a 2033	Total
3.128.527	10.261.948	10.261.948	10.261.948	108.893.192	142.807.56

Risco de taxa de juros

Valor contábil dos instrumentos financeiros que representam a exposição ao risco de taxas de juros:

	Control	adora	Consolidado		
Risco de Taxa de Juros	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	
Ativos:					
Caixa e equivalentes de caixa	8.823	372	135.667	83.868	
Títulos e valores mobiliários (i)	137.904	79.302	953.036	105.222	
Aplicações financeiras vinculadas	-	-	13.836	186.119	
Risco sacado a pagar	-	-	-	67.054	
Empréstimos e financiamentos (i)	16.138	92.522	2.941.146	2.135.022	

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(i) As taxas de juros estão divulgadas nas notas explicativas 5 e 13.

Análise de sensibilidade

A Companhia e suas controladas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Variação das taxas de juros e taxas de câmbio

Para verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos aos quais a Companhia e suas controladas estavam expostas na data-base 31 de dezembro de 2018, foram definidos três cenários diferentes.

A Companhia preparou 3 cenários de análise de sensibilidade. O cenário I considera as taxas de juros futuros observadas na data base das informações contábeis intermediárias e os cenários II e III consideram uma apreciação de 25% e 50%, respectivamente, na variável de risco considerada.

A data-base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2018, projetando os índices para um ano e verificando a respectiva sensibilidade em cada cenário:

Instrumentos financeiros	Risco	Taxa estimada	Total	I	II	III
				100%	25%	50%
Caixa e equivalente de caixa	CDI	6,55%	141.716	9.282	6.962	4.641
Título e valores mobiliários	Selic	6,37%	28.522	1.817	1.363	908
	Tesouro					
Caixa e equivalente de caixa	Americano	2,16%	96.094	2.076	1.557	1.038
	Tesouro					
Título e valores mobiliários	Americano	2,16%	265.915	5.744	4.308	2.872
Aplicação financeira vinculada	Selic	6,37%	11.745	748	561	374
Empréstimos e financiamentos						
Empréstimos para financiamento de						
projeto e cédula de crédito bancária	CDI	6,55%	25.925	1.698	1.274	849

Variação cambial

Para verificar a sensibilidade da exposição cambial líquida à qual a Companhia e suas controladas estavam expostas em 31 de dezembro de 2018, foram definidos cenários diferentes. Os cenários I e II considera uma deterioração e apreciação de 25% e 50% de taxa de câmbio, respectivamente, conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/08.

					Cenário	
	Risco	Taxa estimada	31/12/2018 USD	I	II	III
Empréstimo - Financiamento de Projetos	USD	3,8748	142.153	550.814	651.530	671.673
Nota de Crédito de Exportação	USD	3,8748	346.318	1.341.913	1.600.699	1.652.456
Variação Cambial				287.601	359.501	431.402

26.5. Gestão de capital

A política da Administração da Companhia é manter uma sólida estrutura de capital para manter a confiança dos investidores, credores e clientes de mercado, mantendo o desenvolvimento futuro do negócio.

A Administração da Companhia procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de alavancagem financeira (empréstimos) e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

posição de capital equilibrada.

A dívida da Companhia para a relação do patrimônio líquido final de 31 de dezembro de 2018 e de 31 de dezembro de 2017 é apresentada a seguir:

	Contro	ladora	Consolidado		
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	
Total dos passivos circulante e não circulante	(41.245)	(143.627)	(3.157.151)	(2.366.773)	
Caixa e equivalentes de caixa	8.823	372	135.667	83.868	
Títulos e valores mobiliários	137.904	79.302	953.036	105.222	
Aplicações financeiras vinculadas			13.836	186.119	
Sobra (insuficiência) líquida de caixa	105.482	(63.953)	(2.054.612)	(1.991.564)	
Patrimônio líquido	1.614.395	1.319.431	1.614.395	1.319.431	

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

27. Informação por segmento - Consolidado

A segregação dos segmentos operacionais da Companhia é baseada na estrutura interna das demonstrações financeiras e da Administração e é efetuada por meio da segmentação de negócio.

Contas de resultado

	Corredor Norte	Corredor Sul	Outros (b)	F1: . ~	Total
	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2018	Eliminações	31/12/2018
Receita líquida de serviços (a)	944.189	323.139	-	(9.198)	1.258.130
Custo dos serviços prestados	(488.576)	(155.172)	(1)	9.198	(634.551)
Despesas operacionais	(10.708)	(9.204)	(60.012)	-	(79.924)
Outras Receitas Operacionais	35.533	357	-	-	35.890
Resultado financeiro líquido	(244.468)	(141.823)	(756)	-	(387.047)
Equivalência patrimonial	-	(9.762)	-	-	(9.762)
Imposto de renda	(21.976)	<u>-</u>	1.356		(20.620)
Lucro líquido do exercício	213.994	7.535	(59.413)	-	162.116
	Corredor Norte	Corredor Sul	Outros (b)		Total
	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2017	Eliminações	31/12/2017
Receita líquida de serviços (a)	486.107	312.753	-	(8.288)	790.572
Custo dos serviços prestados	(310.930)	(148.736)	-	7.735	(451.931)
Despesas operacionais	(18.018)	(17.658)	(42.990)	561	(78.105)
Resultado financeiro líquido	(142.480)	(64.985)	(7.545)	-	(215.010)
Equivalência patrimonial	-	(12.427)	74.214	(73.091)	(11.304)
Imposto de renda	(10.543)	<u> </u>	(11.986)		(22.529)
Lucro líquido do exercício	4.136	68.947	11.693	(73.083)	11.693

⁽a) As receitas do Corredor Norte ocorrem no Brasil e do Corredor Sul ocorrem no Uruguai e Paraguai.

⁽b) As despesas operacionais englobam os gastos com a diretoria, funcionários, serviços de terceiros e outras despesas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Contas patrimoniais

	Corredor Norte	Corredor Sul	Outros		Total
	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2018	Eliminações	31/12/2018
Ativo circulante	669.315	397.228	408.180	(54.823)	1.419.900
Ativo não circulante	2.091.908	1.210.116	902.961	(853.339)	3.351.646
Total do ativo	2.761.223	1.607.344	1.311.141	(908.162)	4.771.546
Passivo circulante	281.580	73.993	102.616	(54.823)	403.366
Passivo não circulante	1.745.535	855.599	1.005.991	(853.339)	2.753.786
Patrimônio líquido	734.108	677.752	202.534		1.614.394
Total do passivo e					
patrimônio líquido	2.761.223	1.607.344	1.311.141	(908.162)	4.771.546
	Corredor Norte	Corredor Sul	Outros		Total
	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2017	Eliminações	31/12/2017
Ativo circulante	122.574	117.101	95.494	(17.111)	318.058
Ativo não circulante	2.149.827	1.166.971	1.367.564	(1.316.216)	3.368.146
Total do ativo	2.272.401	1.284.072	1.463.058	(1.333.327)	3.686.204
Passivo circulante	218.960	170.826	130.012	(17.114)	502.684
Passivo não circulante	1.427.844	555.795	13.615	(133.165)	1.864.089
Patrimônio líquido	625.597	557.451	1.319.431	(1.183.048)	1.319.431
Total do passivo e					

28. Subvenção e assistência governamentais

A Companhia goza de dois benefícios. Sendo eles:

AFRMM

O AFRMM é um benefício disponível para todas as empresas brasileiras de navegação, que operam com embarcação própria ou fretada, e é regulamentado pela Lei nº 10.893/2004 e demais legislações específicas aplicáveis ao setor.

A Companhia recebe integralmente a taxa adicional de 10% sobre o valor do frete de cabotagem de seus clientes via Fundo da Marinha Mercante em função de cada transporte que realiza. Esses recursos são restritos e só podem ser utilizados, exclusivamente, na construção, docagem, reparos, manutenção das embarcações e amortização de financiamentos concedidos para aquisição de embarcações. No exercício de 2018, a Companhia reconheceu os benefícios do AFRMM no grupo receitas (despesas) operacionais no montante de R\$13.775.

SUDAM

Lucro da Exploração – SUDAM é um incentivo fiscal concedido às pessoas jurídicas titulares de projetos de implantação de empreendimento de infraestrutura que fomente a economia, bem como esteja totalmente estabelecida nos estados abrangidos pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (ao qual o estado do Pará está incluso). Este benefício concede redução de 75% do Imposto Renda e seus adicionais (25% para 6,25%), pelo prazo de 10 anos. Tal benefício resultou em um ajuste de R\$4.437.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

29. Evento subsequente

Em 1° de janeiro de 2019 as empresas Hidrovias do Brasil Navegação Norte S.A. (matriz e filiais) e Hidrovias do Brasil Miritituba S.A. foram incorporadas pela HB Vila do Conde S.A.

Com este movimento, que faz parte da estratégia da Companhia para otimizar sua estrutura societária, a Hidrovias do Brasil Navegação Norte S.A. e Hidrovias do Brasil Miritituba S.A. se tornaram filiais da Hidrovias do Brasil Vila Conde S.A.